

***Demonstrações
Contábeis
Regulatórias
2021***

INDICE

Relatório da Administração Regulatório	03
Demonstrações Contábeis Regulatórias	37
Balanco Patrimonial	37
Demonstração do Resultado do Exercício	38
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	39
Demonstração do Fluxo de Caixa	40
Notas Explicativas	41
Notas Conciliatórias Societárias x Regulatória	74
Relatório do Auditor Independente	82

Relatório da Administração Regulatório

Senhores e Senhoras consumidores,

Apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Coopera para a sociedade, parceiros, cooperados e consumidores.

Desde já, nos colocamos a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se julgarem necessário.

CARTA DO PRESIDENTE

Saudações a todos os consumidores. Apresentamos a prestação de contas, onde vamos mostrar os principais fatos ocorridos e toda a movimentação econômica e financeira do ano que se encerrou, atendendo assim o que determina a legislação e nosso estatuto social.

Para aumentar ainda mais nosso impacto positivo, criamos em 2021 o Integra Coopera. O Espaço Comunitário Colaborativo é voltado a educação e à criação, que atua facilitando expressões e conversas sociais, estimulando a comunidade a dialogar, compartilhar aprendizados e se desenvolver individual e coletivamente. Compreendemos que levamos em conta as necessidades locais e estamos alinhados aos princípios e valores do cooperativismo.

As atividades econômicas mundiais continuaram a serem afetadas durante o ano de 2021 pela propagação da COVID-19. A permissionária, diante deste cenário, manteve as medidas importantes a fim de manter a segurança de seus colaboradores e consumidores, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações. O atendimento aos protocolos de segurança, orientados pelas autoridades locais, foram mantidos, bem como os investimentos nas ações e materiais necessários para os hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social.

Não podemos deixar de citar os esforços da administração da permissionária para garantir a tarifa mais barata do Brasil.

Em 2021, proporcionamos crescimento econômico e resultados positivos para a sociedade. Mesmo com o transcorrer de um ano difícil para muitos setores da economia, damos ênfase ao excelente desempenho econômico e financeiro da permissionária, fechando o ano com uma sobra, antes das destinações estatutárias na ordem de R\$ 25,4 milhões.

A permissionária sempre reforça a sua estrutura organizacional, com o objetivo de fortalecer ainda mais os fatores críticos de diferenciação que tornaram a Coopera referência em seu segmento de atuação. Sua estratégia sempre foi o foco na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão, visando assim atingir a satisfação dos consumidores, colaboradores e fornecedores, enfim, a todos que fazem parte da gestão do negócio.

O êxito que a permissionária vem obtendo no seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Preocupados com este cenário, a permissionária realizou no final de 2021 o seu planejamento estratégico para o ciclo 2021/2024. As tendências identificadas, juntamente com o resultado do cenário empresarial, servem de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas para os horizontes de curto e longo prazo.

Sempre na constante procura para atender a todas as legislações existentes, iniciamos em 2021 a implantação de normas e regras para atendimento a lei número 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que tem como objetivo principal dar às pessoas maior controle sobre suas próprias informações.

Destacamos também que nossa contabilidade foi agraciada pelo prêmio Abraconee de Melhores Demonstrações Contábeis entre as permissionárias do país, pela publicação do exercício de 2020.

Relatamos algumas considerações iniciais, porém, convidamos você a dar atenção e dispensar um tempo para analisar nosso relatório, principalmente as informações financeiras, que são o coração do negócio.

Finalizando a mensagem, registramos aqui o nosso agradecimento ao apoio recebido de todos os conselheiros da permissionária. Aos colaboradores, fica também o nosso reconhecimento pelo comprometimento e dedicação de cada um. Aos consumidores fica o agradecimento pela confiança em nós depositada ao longo deste ano. Aos fornecedores, instituições financeiras, órgãos públicos e demais entidades de classe com as quais nos relacionamos, nosso agradecimento pela parceria. Continuamos reforçando nossa missão de “Distribuir energia elétrica de qualidade com segurança, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da sociedade, promovendo o cooperativismo”.

Walmir João Rampinelli

Presidente da Coopera Energia

CENÁRIO

A Coopera atua desde 1959 distribuindo energia elétrica em 04 municípios de Santa Catarina. Em 2008 foi regulamentada como permissionária de distribuição de energia elétrica, estando sujeita a regulamentação específica do setor elétrico, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os investimentos realizados em 2021 totalizaram R\$ 12,4 milhões, que foram aplicados no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo também aquisição de veículos e desenvolvimento do quadro profissional, capacitando ainda mais nossas equipes, garantindo um trabalho seguro e eficaz para atender nossos consumidores.

Nossa pesquisa com os consumidores atingiu um índice de satisfação com o atendimento em 96,2% e 94,7% com a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

O desempenho econômico financeiro de 2021 traduz o esforço conjunto de nossos gestores e demais colaboradores internos e externos, em torno do objetivo de tornar nossa permissionária ainda mais forte e moderna. A receita bruta atingiu R\$ 177 milhões e um lucro líquido de R\$ 25,4 milhões. Estamos bem econômica e financeiramente, honrando todos os compromissos e obrigações legais.

Passamos pelo processo de reajuste tarifário, que culminou com a publicação das novas tarifas através da Resolução Homologatória nº 2.937 de 28 de setembro de 2021, a qual resultou em um reajuste médio de 5,75%.

As classes do consumo que apresentaram maior variação de consumo em MWh em relação ao consumo do ano anterior, foram a industrial, com um crescimento de 12,99% e a comercial com 7,62%. A classe industrial representa 67% do mercado da permissionária. As classes residencial e rural tiveram um incremento na ordem de 0,65% e 0,48% correspondente. As demais classes, como serviço público, poder público, iluminação pública e consumo próprio, apresentaram um crescimento de 5,97%.

As conexões de geração distribuída no regime de compensação ainda são pouco significativas em termos de montante de energia, porém aumentaram de 28, ao término de 2020, para 62 em 2021, que representa um acréscimo de 122%. Foram 22 ligações na classe residencial, 08 na classe rural e 04 na classe comercial.

Na busca constante da plena satisfação de seus clientes, em 2021, a permissionária expandiu o seu escopo de certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade para todos os seus processos internos, certificando através da Norma ABNT NBR ISO:9001:2015, a Distribuição de Energia Elétrica, passando por uma auditoria da empresa BRTÜV que não evidenciou não-conformidades durante os trabalhos. Além disso, mantemos também o atendimento à norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos Clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DISTRIBUIÇÃO

A permissionária distribuiu energia elétrica nos 04 municípios dos 295 do estado, o que representa 0,83% dos consumidores do Estado de Santa Catarina.

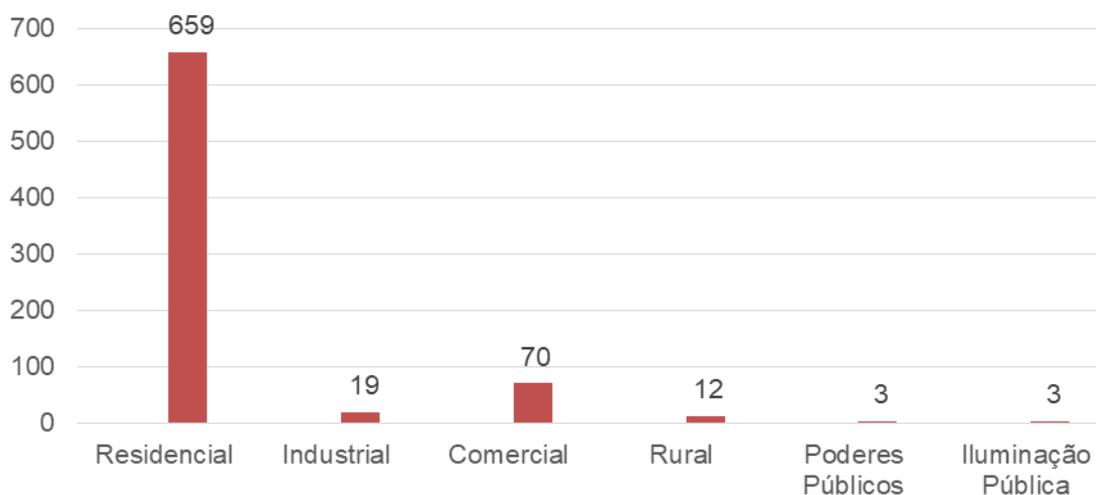
LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES

No ano de 2021 foram realizadas 766 novas ligações de unidades consumidoras, com destaque de 659 na classe residencial e 70 na classe comercial. As demais classes totalizaram 37 novas ligações, totalizando 26.343 consumidores atendidos pela permissionária, número 1,21% superior ao de 2020.

Os quantitativos por classe de consumo estão apresentados na tabela:

Classe	Nº ligações
Residencial	659
Industrial	19
Comercial	70
Rural	12
Poderees Públicos	3
Iluminação Pública	3
Total	766

Representação gráfica detalha os montantes das ligações por classe de consumo:



NÚMERO DE CONSUMIDORES

Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	21.424	21.105	20.426	19.910	19.483
Industrial	331	332	484	478	476
Comercial	1.733	1.680	1.634	1.524	1.400
Rural	2.594	2.590	2.583	2.562	2.555
Poderes Públicos	217	216	223	225	218
Iluminação Pública	13	73	70	66	70
Serviço Público	31	31	31	32	26
Total	26.343	26.027	25.451	24.797	24.228
Variação	1,21%	2,26%	2,64%	2,35%	3,02%

Foi corrigida a informação da quantidade de consumidores na classe residencial preenchida no relatório do ano anterior. O número correto é de 21.105, ao invés dos 21.005 apresentados. Desta forma, o crescimento do número de consumidores atendidos, foi de 2,26%, ao invés do 1,87% apresentado.

COMPORTAMENTO DO MERCADO

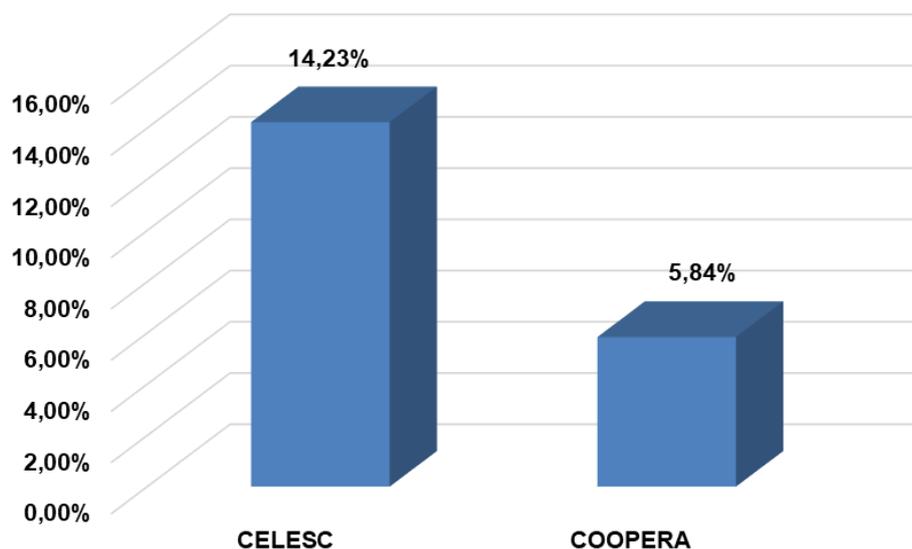
A energia distribuída pela permissionária em 2021 corresponde a 335.022 mil MWh, ou seja, 9,34% superior aos 306.417 MWh distribuídos no ano anterior. Na análise dos dados por classe de consumo, se destaca a classe industrial, com um aumento de 12,99% no consumo de MWh, e a classe comercial, com um aumento de 7,62%.

O ano de 2021 ainda transcorreu sob os efeitos da pandemia da COVID 19, porém aos poucos as atividades foram restabelecidas. Podemos observar pelo crescimento do mercado, diferente de 2020, que comparado ao ano anterior, teve uma queda de -0,42%, claro, reflexo devido a pandemia.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2021 a permissionária adquiriu um total de 355.803 mil MWh e distribuiu 335.022 MWh, com um percentual de perda de 5,84%, num total de 20.781 mil MWh.

Balço Energético em MWh	Exercício				
	2021	2020	2019	2018	2017
Total da energia elétrica adquirida	355.803	326.745	327.810	315.476	296.797
Total da energia elétrica distribuída	335.022	306.421	307.713	294.624	281.732
Perdas	20.781	20.324	20.097	20.852	15.065
Percentual de perdas	5,84%	6,22%	6,13%	6,61%	5,08%

Trazemos o gráfico comparativo abaixo, como forma de comparação das perdas entre a permissionária e a concessionária do estado de Santa Catarina, Celesc.



PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA RECEITA / FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Dentro das estratégias da permissionária, a mesma mantém fiscalizações constantes no combate às irregularidades e tentativas de recuperar energia desviada, buscando a conscientização dos consumidores de que as irregularidades são um prejuízo para todos.

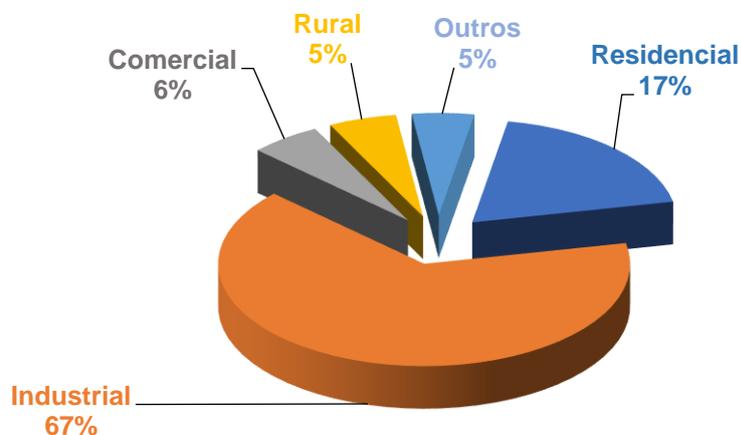
Os constantes investimentos em equipamentos mais eficientes e na estruturação das redes, também são fatores preponderantes na redução das perdas e na maior eficiência do sistema elétrico da permissionária.

MERCADO ATENDIDO

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh					
Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	58.537	58.161	56.124	53.243	52.990
Industrial	225.775	199.820	202.771	196.511	183.625
Comercial	18.407	17.104	17.081	14.997	14.916
Rural	16.457	16.379	16.150	15.056	15.655
Poderes Públicos	2.307	1.962	2.611	2.254	2.180
Iluminação Pública	10.331	9.575	9.876	9.867	10.334
Serviços Públicos	3.019	3.228	2.891	2.254	1.841
Consumo Próprio	189	188	205	199	191
Total	335.022	306.417	307.709	294.381	281.732
Variação	9,34%	-0,42%	4,53%	4,49%	1,82%

O gráfico a seguir demonstra os percentuais do consumo em MWh por classe de consumo

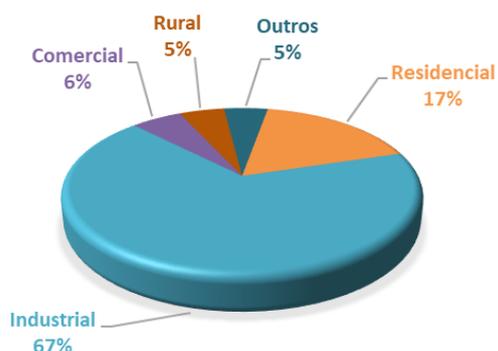


RECEITA

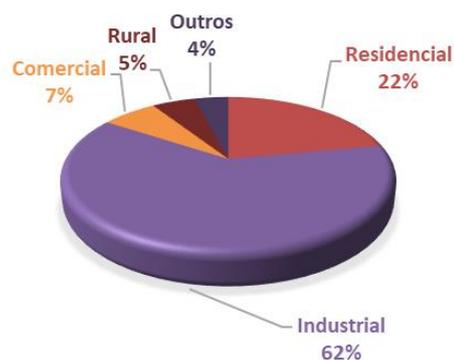
A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 104 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil					
Classe	2021		2020		%
Residencial	22%	23.065	24%	21.755	6,02
Industrial	62%	65.053	61%	56.143	15,87
Comercial	7%	6.905	7%	6.115	12,91
Rural	5%	5.320	5%	4.691	13,40
Outros	4%	4.232	4%	3.866	9,47
Total	100%	104.575	100%	92.570	12,97

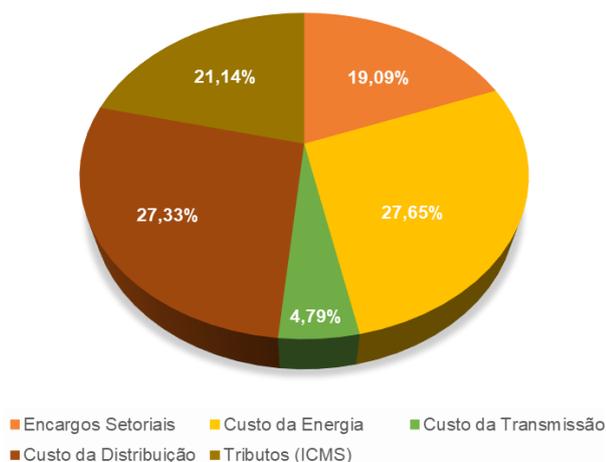
Consumo por classe de consumidores



Receita líquida por classe de consumidores



Abertura da conta de energia com tributos e encargos:



NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um aumento de 2,27% sobre o mesmo mês do ano anterior. Como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	dez/21	dez/20	%
Residencial	21.166	20.605	2,72
Industrial	319	301	5,98
Comercial	1.682	1.623	3,64
Rural	2.550	2.556	-0,23
Outros	257	313	-17,89
Total	25.974	25.398	2,27

TARIFAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 485,34/MWh, com aumento de 25,69% com relação a dezembro de 2020.

Em setembro de 2021, a permissionária passou por processo de reajuste tarifário, atendendo o disposto no submódulo 8.4 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), que trata tanto de revisões como de reajustes, processados anualmente. Para cálculo dos itens de parcela "A", permanece vigente a metodologia disposta no submódulo 8.2 do mesmo procedimento.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2937 de 28 de setembro de 2021, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da permissionária, cujo reajuste médio foi de 5,75% (cinco, virgula setenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2021	2020
Residencial	565,20	462,96
Industrial	458,48	359,89
Comercial	594,62	484,13
Rural	477,29	365,18
Poderes Públicos	624,74	528,79
Serviços Públicos	546,85	435,69
Iluminação Pública	389,27	290,77
Consumo Próprio	466,03	362,56
Média Geral	485,34	386,39

Composição das Tarifas (R\$/MWh)						
Exercício 2021	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	P. Público	Outros
Impostos	102,64	94,56	147,69	86,61	137,48	81,94
ICMS	102,64	94,56	147,69	86,61	137,48	81,94
Encargos Setoriais	155,03	125,76	163,10	130,92	171,36	116,70
RGR	0,77	0,62	0,81	0,65	0,85	0,58
CDE	56,87	46,14	59,84	48,03	62,87	42,81
CDE COVID	10,91	8,85	11,48	9,22	12,06	8,22
CCC	86,47	70,14	90,97	73,02	95,58	65,09
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos/despesas	242,14	226,92	246,33	229,61	250,62	210,52
Energia Comprada	161,58	161,58	161,58	161,58	161,58	149,88
Despesas com pessoal	38,61	31,32	40,62	32,60	42,67	29,06
Outras despesas operacionais	41,95	34,03	44,14	35,43	46,37	31,58
Tarifa Bruta da concessionária (*)	499,80	447,24	557,11	447,13	559,46	409,16

(*) representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

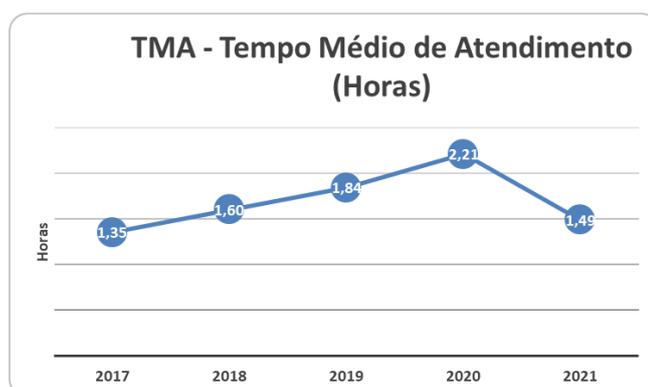
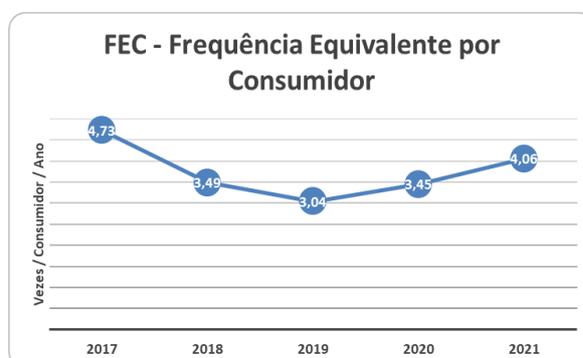
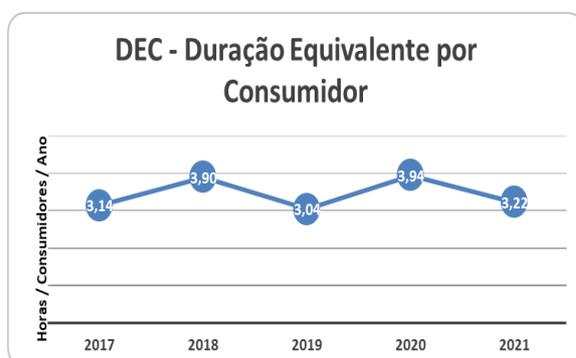
QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Dos indicadores apurados pela permissionária, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto Coopera e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano. O TMA, é o tempo médio de atendimento das equipes para um comunicado de falha.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

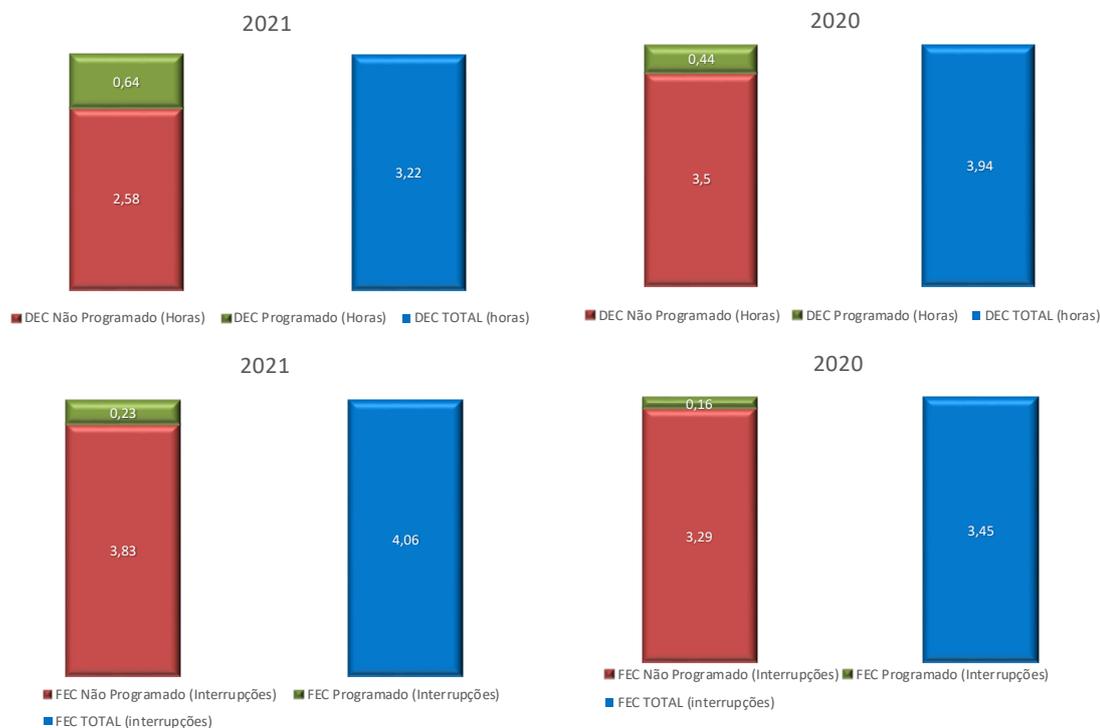
INDICADORES DE CONTINUIDADE

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	TMA - Tempo Médio de Atendimento (Horas)
2017	3,14	4,73	1,35
2018	3,90	3,49	1,60
2019	3,04	3,04	1,84
2020	3,94	3,45	2,21
2021	3,22	4,06	1,49


INDICADORES DE CONTINUIDADE

Ano	DEC Não Programado (Horas)	DEC Programado (Horas)	DEC TOTAL (horas)	META DEC	FEC Não Programado (Interrupções)	FEC Programado (Interrupções)	FEC TOTAL (interrupções)	META FEC
2021	2,58	0,64	3,22	10	3,83	0,23	4,06	9
2020	3,5	0,44	3,94	10	3,29	0,16	3,45	9

Representação gráfica detalha do DEC e FEC:



O gráfico acima demonstra que o indicador DEC no ano de 2021, totalizou 3,22 horas de interrupção no fornecimento de energia elétrica. Tal indicador possui como meta o valor de 10 horas de interrupção no ano, e quando comparado ao ano de 2020 reduziu seu valor em 18,27%. O indicador FEC, no ano de 2021, totalizou o número de 4,06 interrupções por unidades consumidoras do conjunto.

A média dos últimos 2 anos é de 84,48% de interrupções não programadas para o indicador DEC, ou seja, estas interrupções acontecem por eventos que a permissionária não consegue controlar, por exemplo, tempestades, descargas atmosféricas entre outros. No indicador FEC, estas interrupções alcançam o número de 94,85%.

ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

No ano de 2021, foram registrados 31.330 atendimentos prestados aos consumidores. Destes, 3.767 foram em atendimentos emergenciais (aqueles solicitados para atendimento de falta ou falha no fornecimento) e 27.563 de solicitações comerciais (ligação nova, religação, troca de medição, etc.).

Atendimentos Comerciais			
Tipo	2021	2020	Variação%
Emergencial	3.767	5.056	-25,49
Comercial	27.563	19.937	38,25
Total	31.330	24.993	25,36

A permissionária coloca à disposição do consumidor, serviço de atendimento, instalado na sua sede social, sito a Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 – Santa Cruz – Forquilha – SC., e nos postos de atendimento localizados na Avenida 25 de Julho, 2736, Centro – Forquilha – SC.; na Rua José Salvador, nº 6, 4ª Linha – Criciúma – SC e no centro de Caravaggio – Nova Veneza – SC. Todos os postos de atendimento estão localizados em pontos estratégicos para proporcionar comodidade ao consumidor.

A atualização cadastral é contínua, para que possamos ter uma melhor interação como o consumidor, através das plataformas de envio e recebimentos de SMS, comunicando pelo número 27800.

Desde 2014 a permissionária implementou uma nova plataforma de gerenciamento de ocorrências, onde as mensagens SMS são enviadas automaticamente aos consumidores quando da detecção da falha no fornecimento. Este mecanismo permite que muitos consumidores recebem a informação que a permissionária já está ciente da falha e trabalhando para o reestabelecimento.

Em 2021, foram enviadas 65.837 SMS aos consumidores, informando sobre falhas de fornecimento, desligamentos programados e avisos de corte de energia. Em 2020 este número foi de 108.096.

Finalidade das mensagens			
Tipo	2021	2020	Variação%
Aviso de falha de fornecimento	48.082	94.029	-48,86
Aviso de desligamento programado	4.900	3.732	31,30
Aviso de corte no fornecimento	12.855	10.335	24,38
Total	65.837	108.096	-39,09

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do 0800-725-7725. Em 2021 foram mais de 21.116 ligações atendida, já em 2020 foram 26.170.

Além das informações disponíveis no site da permissionária, é possível acessar a plataforma de “Serviços Online” no formato de Agência Virtual. No ano de 2021 foram 60.536 acessos por meio deste canal, já em 2020 este número era de 55.378 acessos.

As solicitações encaminhadas por e-mail corporativo são protocoladas nos sistemas de gestão de serviços, de tal modo possibilita o registro e acompanhamento dos processos.

No final do ano 5.777 e-mails de consumidores estavam cadastrados, permitindo uma comunicação direta e rápida. Dentre as facilidades deste meio, está o envio de faturas digitais e o recebimento de diversas solicitações e esclarecimentos.

NÍVEIS DE TENSÃO

Distribuir energia de qualidade é uma das premissas da permissionária. Desta forma, as equipes do setor de engenharia avaliam constantemente as condições técnicas das redes e buscam novas tecnologias para incrementar a qualidade.

Em alinhamento com a necessidade de melhorias, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) escolhe aleatoriamente alguns consumidores para que a qualidade de energia seja atestada por medições dos níveis de tensão. Assim, a permissionária enviava, até o ano de 2020, trimestralmente para a agência reguladora uma série de resultados de medições feitas em seus consumidores.

Com a entrada em vigência da REN 871/2020, a permissionária passou a enviar mensalmente durante o ano de 2021 os dados das medições amostrais, sendo que foram realizadas 168 medições de níveis de tensão amostrais. Ao longo do ano, os consumidores solicitaram outras 114 medições de tensão.

As violações dos indicadores de níveis de tensão geraram uma compensação financeira de R\$ 1,5 reais, e foram inseridas como crédito nas faturas de energia.

OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO:

EXPANSÃO

No ano de 2021, foram realizadas 112 obras associadas ao incremento de carga motivada pelo aumento de demanda dos consumidores existentes ou pela ligação de novos. Entre extensão de rede e instalação de novos ramais de ligação a permissionária investiu cerca de R\$ 1,4 milhões.

MELHORIAS

Seguindo o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), que objetiva aumentar a confiabilidade do sistema elétrico, a permissionária continuou investindo nas reformas de todos os loteamentos atendidos em sua área urbana, tão qual suas redes em área rural, num montante de R\$ 4,5 milhões.

MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DE ATIVOS

Foram realizadas 78 obras para renovação de ativos entre troca de transformadores sobrecarregados e redes substituídas devido ao final da sua vida útil em um investimento total de R\$ 296 mil.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Uma das principais características da tecnologia da informação é a velocidade na qual as mudanças ocorrem em um curto espaço de tempo. O volume de dados captados e armazenados bem como a capacidade de processamento dessas informações está cada vez maior. Poucas organizações possuem processos manuais para coleta, armazenamento e processamento de informações, praticamente tudo é digital ou digitalizado gerando assim uma grande dependência do acesso a essas informações em seus sistemas ou nuvens.

Em contrapartida a isso existe um grande problema na atualidade relacionado a segurança dessas informações e sistemas. Desde o início da pandemia da COVID-19, que acelerou o processo de trabalho remoto, muitas empresas aderiram e permanecem nesse formato de trabalho até os dias atuais, e a necessidade de acesso a essas informações e sistemas se tornou imprescindível, e é aí que está o maior gargalo da atualidade, a segurança dessas informações. Segurança essa que consiste em permitir o acesso as mesmas somente por pessoas autorizadas, bem como a proteção das mesmas contra acessos indevidos dentro e fora da empresa.

Atualmente o número de empresas que tem seus dados sequestrados, excluídos ou bloqueados por hackers vêm aumentando exponencialmente. Não só grandes empresas, mas também pequenos comércios sofrem com esse tipo de ataque e acabam perdendo seus dados. O roubo e/ou vazamento de informações para algumas empresas pode custar muito para a reputação, para o negócio e também para os cofres da empresa. A grande maioria dos hackers bloqueia os dados de uma empresa ou comercio e solicita um valor para poder liberar os mesmos, valores que podem ser muito elevados dependendo do porte da empresa. Muitas empresas e comércios da área de atuação da permissionária já sofreram com esse tipo de problemas, sendo que a grande maioria não tem políticas de segurança nem políticas de backup (cópias de segurança).

Diante desse cenário o setor de tecnologia da informação elaborou um projeto para melhorar a sistemática e as políticas de segurança da informação da permissionária. Políticas essas que envolvem sistemas para controle de acesso as informações, bloqueio de acessos indevidos a sistemas e a rede de computadores (firewall), proteção contra softwares indesejados (antivírus), cópias de segurança regulares dos dados e sistemas para evitar o acesso indevido as informações, bem como sequestro, exclusão ou bloqueio das mesmas por pessoas mal-intencionadas (geralmente hackers).

Além do projeto de segurança da informação o setor de tecnologia da informação da permissionária elaborou um projeto para renovação da infraestrutura de servidores, visto que a infraestrutura atual não estava mais suportando a demanda de processamento e armazenamento da realidade atual da empresa, pois, a estrutura anterior foi adquirida no ano de 2012 que é considerado longo prazo em ambientes tecnológicos.

É importante ressaltar que a estrutura antiga não foi descartada, a mesma não supre mais a carga de processamento atual da forma adequada, mas ela será utilizada como backup/contingência, ou seja, caso exista a perda de algum dado ou haja algum problema físico na estrutura nova a estrutura antiga será acionada para recuperar um dado ou executar algum sistema/serviço.

Os projetos para renovação da infraestrutura de servidores, licenças e segurança da informação foram elaborados de maneira criteriosa e com auxílio de uma empresa especializada, o mesmo levou 6 meses para ser elaborado, validado e aprovado.

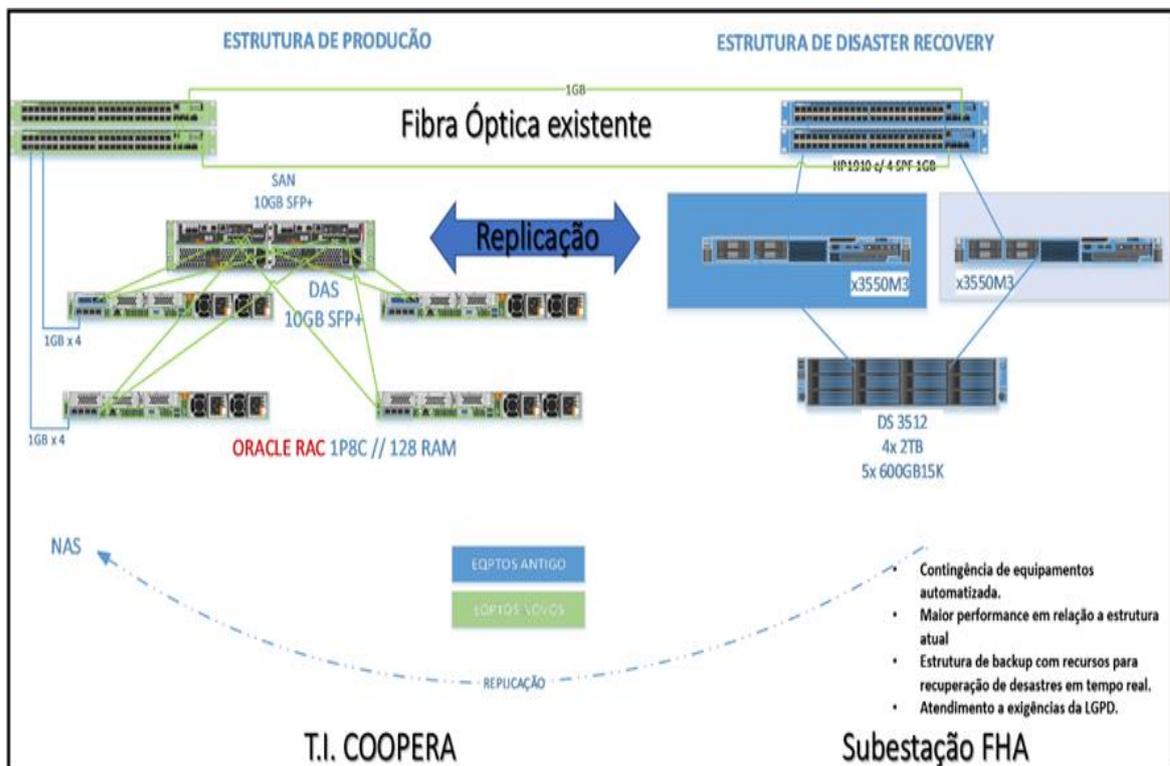
Diante disso o ano de 2021 foi um ano atípico no que tange aos investimentos em tecnologia da informação pois foi investido um total de R\$ 1,2 milhões, conforme detalhamento abaixo:

Investimentos em Tecnologia da Informação em milhares de R\$

Equipamento geral	60
Segurança (Firewall/Antivírus)	92
Infraestrutura de servidores (equipamentos e licenças)	1.122
Total	1.274

Infraestrutura de TI (Data Center) e Segurança da Informação

Conforme mencionado anteriormente a imagem abaixo ilustra o detalhamento da estrutura adquirida (a esquerda) conectada em contingência com a estrutura antiga (a direita):



Além da renovação da infraestrutura de servidores e licenças foram realizadas as seguintes aquisições e projetos:

Computadores:

Aquisição de 6 microcomputadores de última geração para substituição dos equipamentos mais obsoletos do parque de máquinas da permissionária, melhorando assim a performance e agilidade dos usuários na execução das rotinas diárias no setor de Recursos Humanos (1), Contabilidade (1), Departamento Técnico (2), Comercial (1) e Almoxarifado (1).

Monitores:

Aquisição de 4 monitores de Led de 23 polegadas para substituir os monitores menores e mais antigos já apresentando mau funcionamento e também para padronizar os monitores aos demais já existentes nos setores Almoxarifado (2), Comercial (1) e Cobrança (1).

Faturamento

Aquisição de 5 impressoras térmicas portáteis utilizadas pelo setor de faturamento para impressão das faturas instantâneas no ato da leitura, pois as mesmas estavam apresentando defeito e gerando muito custo de manutenção mensal.

Softwares

No ano de 2021 foram atualizados os sistemas Useall E2 Comercial e Useall E2 COD para a versão WEB. As versões WEB são versões mais modernas que rodam a partir de um navegador de internet com vários recursos e facilidades. Anteriormente os sistemas eram instalados, configurados e executados no computador de cada usuário sendo necessário assim computadores mais robustos e várias configurações para os sistemas funcionarem. Com essa alteração todo o processamento é feito pelos servidores da infraestrutura de TI aumentando o desempenho e facilitando assim o acesso e utilização do mesmo pelos usuários, além da praticidade de utilizar o mesmo em computadores, celulares e tablets que anteriormente não era possível.

Tablets

Aquisição de 5 tablets de 10.4 polegadas para serem utilizados pelo setor do COD (centro de operação da distribuição) para controle de forma digital e em tempo real das solicitações de serviço não havendo mais a necessidade de serem impressas diminuindo consideravelmente a utilização de papel por alguns setores da permissionária bem como a diminuição da utilização do rádio VHF dos veículos, automatizando mais os processos e liberando recursos para emergências e outros.

Outros Equipamentos

Aquisição de 1 TV de 40 polegadas para substituição da TV antiga do setor comercial que apresentou defeito devido ao tempo de uso. Essa TV é utilizada para exibir o sistema de controle de filas (tickets de senha) no setor comercial, aquisição de 1 roteador WiFi profissional para o espaço integra Coopera localizado no centro de Forquilha e aquisição de 5 kits de teclado e mouse para substituição dos equipamentos danificados por tempo de uso.

LGPD

Para atender a lei número 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a permissionária contratou uma assessoria especializada para conduzir os trabalhos de implementação da lei junto aos seus profissionais. A Consultoria contratada foi o escritório de advocacia Steiner & Moura Ferro Adv. Associados de Criciúma o qual possui uma profissional especializada e com todas as certificações relacionadas a lei.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ANÁLISE DO RESULTADO

O resultado de 2021 foi de R\$ 25,3 milhões, tendo registrado um aumento de 31,96%, equivalente a R\$ 6,1 milhões, em relação ao resultado de 2020, que foi de R\$ 19,2 milhões. A receita operacional líquida atingiu R\$ 99,6 milhões, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 84,6 milhões.

As despesas operacionais totalizaram em R\$ 78,3 milhões para 2021, contra R\$ 69,1 milhões para o ano de 2020, apresentando um aumento de 13,27%. Destacamos o custo com energia elétrica comprada para revenda com um aumento de 20%, reflexo do retorno das atividades prejudicadas no ano de 2020 em virtude da pandemia da Covid 19.

Já os custos gerenciáveis, tais como pessoal, serviços de terceiros, depreciação e outros, variou em R\$ 700 mil, que corresponde a um aumento de 3,44%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

No Ativo, as maiores variações se verificam no grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa, com incremento de R\$ 6,2 milhões em relação ao ano anterior. O aumento está relacionado com as aplicações financeiras de excedentes, destinado a futuros investimentos já planejados pela permissionária e a cobertura de eventuais desembolsos vinculados às contingências judiciais.

Ainda no Ativo, o grupo de Consumidores/Clientes teve um aumento de R\$ 5,3 milhões, devido ao grande número de renegociações de faturas de energia, ainda reflexo da pandemia da COVID 19.

No Passivo e Patrimônio Líquido, as variações mais expressivas são verificadas nas Reservas de Sobras, que acrescentaram em R\$ 19,3 milhões com as destinações estatutárias advindas do resultado positivo do ano.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações foi de R\$ 27 milhões, um aumento de 29,9% em relação a 2020, que foi de 21 milhões conforme variação expressa no gráfico.

Representação gráfica do EBITDA ou LAJIDA:



INVESTIMENTOS

Em 2021, os investimentos da permissionária importaram em R\$ 12,6 milhões.

Modalidade	2021	2020
Manutenção e ampliação das redes	6.865	5.939
Subestação Santa Cruz	-	20
Subestação Caravaggio	25	-
Subestação Criciúma	299	-
Terreno - Subestação Criciúma	718	-
Edificações - Associação dos funcionários	1.355	-
Aquisição e/ou troca de veículos	2.111	-
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Imóveis	1.280	428
Total	12.654	6.387

As atividades desenvolvidas no ano de 2021, conforme planejamentos foram baseadas nas reformas e ampliações da capacidade de atendimento de cargas na área de permissão da Coopera.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e novas indústrias bem como melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Para atendimento as solicitações dos consumidores e serviços programados, a permissionária continuou investindo em aquisição de novos veículos com cestos aéreos, a fim de agilizar os processos de trabalho.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2021				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
AIS Bruto ¹	5.616	6.684	9.735	6.101	28.888	2.026	2.026	2.026
Transformador de Distribuição	843	826	1.229					
Medidor	536	509	707	520	520	520	520	520
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)				4.399	2.355	324	324	324
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.520	5.277	6.625	1.182	2.513	1.182	1.182	1.182
Redes Alta Tensão (69 kV)					19.000			
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)		38			4.500			
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	717	34	1.174					
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(333)	(807)	(982)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(333)	(807)	(982)					
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2022	8.561	6.101	28.888	2.026	2.026	2.026
R\$ Mil	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P	
Plano de Investimentos 2021	5.969	3.217	28.127	2.026	2.026	
Diferença	43,4%	89,7%	2,7%	0,0%	0,0%	

Anualmente a cooperativa deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica. O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição.

A ANEEL utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no país, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais.

Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências). Em virtude da conciliação do Demonstrativo Contábil com o PDD, a conta de Máquinas e Equipamentos em Ativo Imobilizado em Serviço – AIS Bruto da Atividade de Distribuição deve ter o mesmo montante do PDD.

Com relação aos investimentos projetados no PDD de 2020, em relação aos realizados em 2021, obtivemos uma variação de 43,4% no realizado.

Os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são:

2021 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2022 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2023 - Alteração devido ao planejamento da nova subestação 69 kV

2024 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2025 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

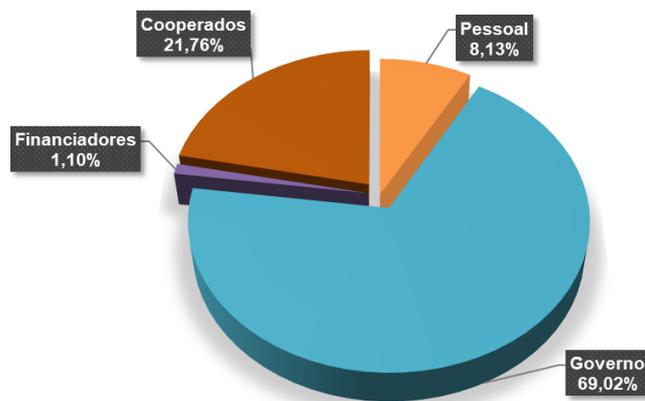
Em 2021 a permissionária realizou a captação de recursos financeiros num montante de 3,1 milhões, que será utilizado para execução dos investimentos previstos para o exercício.

VALOR ADICIONADO

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 117,1 milhões, representando 60,74% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2021 - em milhares de R\$		
Distribuição	Valor	%
Pessoal	9.524	8,13
Governo	80.868	69,02
Financiadores	1.283	1,10
Cooperados	25.498	21,76
	117.174	100,00

Representação gráfica da DVA – Demonstração do Valor Adicionado:



POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Aos cooperados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas para a distribuição na fatura de energia. Além disto, a cooperativa permissionária destinou 30% das sobras líquidas do exercício para o Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria, de modo a assegurar a realização de obras no exercício seguinte.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da cooperativa permissionária era de R\$ 20,3 milhões, composto por 20,3 milhões de cotas representadas por 25.001 sócios.

PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

A Coopera revisa periodicamente o seu planejamento estratégico, através de estudo de ambiente competitivo, da filosofia empresarial e atribuição de objetivos estratégicos alinhados com a missão organizacional. Nestas revisões, são analisadas as quatro diferentes áreas: finanças, processos internos, clientes e aprendizagem, conduzindo um processo de definição de tendências relacionadas aos ambientes políticos, econômicos, sociocultural e tecnológico.

O êxito que a permissionária vem obtendo no seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Esta concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das atividades, e ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação as mudanças de mercado.

As tendências identificadas, juntamente com o resultado do cenário empresarial, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas para os horizontes de curto e longo prazo.

GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

Na busca constante da plena satisfação de seus clientes, a Coopera, em 2021, expandiu o seu escopo de certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade para todos os seus processos internos, certificando através da Norma ABNT NBR ISO:9001:2015, a Distribuição de Energia Elétrica, passando por uma auditoria da empresa BRTÜV que não evidenciou não-conformidades durante os trabalhos. Além disso, mantemos também o atendimento à norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos Clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

GESTÃO DE PESSOAS

A Coopera possui um setor de Gestão de Pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH, sendo eles: Agregar, Aplicar, Manter, Desenvolver, Monitorar e Recompensar. Aplicando corretamente os processos da gestão de pessoas, será possível capacitar e desenvolver colaboradores em novos conhecimentos e habilidades, recompensar desempenhos e comportamentos eficazes, estimular o comprometimento das pessoas, além de criar um bom e produtivo ambiente de trabalho, onde não só a organização se beneficie, mas também seus colaboradores, atingindo satisfação pessoal e contribuindo para o pleno sucesso organizacional.

Treinamentos e desenvolvimento profissional

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades, competências, oportunidade desde aprendizado e melhorar o desempenho funcional, a permissionária promoveu em 2021, treinamentos para diversas áreas de atuação de seus colaboradores, realizados em parceria com a SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Treinamentos realizados no ano:

- Curso NR 5 CIPA;
- Curso de atendimento ao público;
- Curso de direção defensiva e preventiva;
- Curso de Operador de Subestação;
- Curso de reciclagem Linha Viva;
- NR 10 – Reciclagem;
- NR 11 e 12 – Reciclagem Operador de Guindaste;
- Treinamento das normas técnicas e procedimentos de segurança;
- Planejamento estratégico;
- Noções básicas do SGQ.

Benefícios

Com o intuito de estimular os colaboradores e preocupada com a saúde dos mesmos, a permissionária possui uma série de benefícios tais como:

- **Bolsa de Estudos:** Além de todos os treinamentos acima citados a permissionária tem o compromisso junto aos seus colaboradores, em incentivar com a Bolsa Educação nos seguintes cursos: Ensino médio, cursos técnicos, ensino superior e pós-graduação. Os colaboradores que fazem graduação na área a fim, também são beneficiados com auxílio educação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).
- **Convênio com academia:** Pensando no bem-estar dos colaboradores, a permissionária incentiva à atividade física. A mesma traz benefícios à saúde dos colaboradores, com reflexo na melhoria do humor e pode reduzir traços de ansiedade, pessoas saudáveis e bem-dispostas dedicam-se mais ao trabalho, ausentam-se menos de seus setores, respondendo com maior desempenho na equipe.
- **Plano de Saúde:** A permissionária disponibiliza a seus colaboradores o plano de saúde corporativo em parceria com a UNIMED. Onde a empresa beneficia com 60% do valor da mensalidade para colaborador e para seus dependentes. Este plano é muito vantajoso, pois o custo é menor em comparação com um plano de saúde contratado de forma individual. Além disso, ainda existe a vantagem tributária, pois o valor pago pelo funcionário pode ser deduzido integralmente no Imposto de Renda, como despesas com saúde.
- **Refeitório:** A permissionária possui um refeitório, através deste benefício, a empresa contribui para o acompanhamento nutricional e melhoria da saúde de seus colaboradores. As refeições são acompanhadas por uma nutricionista.

- **Seguro de Vida:** Desde o momento de sua contratação, o colaborador é contemplado com uma apólice de seguro de vida, firmado junto à seguradora Liberty Seguros S/A. Do ponto de vista da permissionária, oferecer um seguro de vida a seus colaboradores representa um benefício que proporciona tranquilidade quanto à segurança do colaborador e de seus familiares.
- **Uniforme:** É disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores, uniformes com periodicidade anual, sendo um diferencial para identificação dos colaboradores.
- **Vacina da gripe:** A permissionária disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) a todos os colaboradores e familiares. A vacinação é realizada por um laboratório responsável devidamente habilitado. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa.
- **Teste COVID:** A permissionária disponibiliza a todos os colaboradores os testes de COVID 19.

Para os funcionários que estão iniciando no trabalho, a permissionária disponibiliza a integração, onde os novos funcionários conhecem um pouco sobre a história da permissionária, recebem informações com relação à importância do uso de equipamento de Proteção Individual (EPI's), são informados sobre direitos e deveres, a Política da Qualidade, os benefícios oferecidos pela empresa e as práticas de boa vivência.

Oportunidade para muitos jovens a vaga do primeiro emprego, o Programa Jovem Aprendiz, auxilia os jovens na carreira profissional, e integra-os ao mercado de trabalho.

Segurança no trabalho

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às Normas Técnicas, criada pela FECOERUSC - Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina, são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas pela permissionária, para garantir a segurança de seus trabalhadores, para que possam realizar um trabalho seguro, controlando ou eliminando os riscos de acidentes.

SIPAT

A permissionária promove a Semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho). O objetivo desse evento é chamar a atenção dos funcionários para a importância da prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. A SIPAT também busca capacita-los para a prevenção, por meio de uma programação com atividades diversas

PLANO DE METAS 2022
INVESTIMENTOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Endereço	Cidade	Valor estimado em R\$ mil
Bairro Santa Isabel	Forquilha	681
Loteamento Benincá - 1ª Linha	Criciúma	279
Caravággio - Vila dos Fenali e Distrito Industrial	Nova Veneza	197
Rodovia Jacob Westrup - 4ª etapa - São Gabriel	Forquilha	38
Ouro Negro / Nova York - 6ª etapa	Forquilha	78
São Defende / Mãe Luzia	Criciúma	385
Loteamento HG 4ª Linha	Criciúma	364
Loteamento Divineira 4ª Linha	Criciúma	20
Loteamento Severino Rosso 4ª Linha	Criciúma	30
Loteamento Sol Nascente 4ª Linha	Criciúma	207
MM Rosso / BR 101 4ª Linha	Criciúma	140
BR 101 Rótula São Domingos / Morro Albino	Criciúma	50
Loteamento Bolan Verdinho	Criciúma	80
Loteamento Vista Alegre e Centro do Verdinho	Criciúma	80
Vila Franca - Centro	Forquilha	90
Jardim Montevideo	Criciúma	203
Rio Cedro Médio	Nova Veneza	420
São Bento Baixo	Nova Veneza	861
		4.204

Investimentos em Troca/Aquisição de Veículos

Veículo/Modelo	Valor em milhares de R\$
AQUISIÇÃO	1.174
Fiat Strada Cabine Simples	89
03 Veículos a diesel, com PBT mínimo de 5.000 Kg	765
02 cestos aéreos isolados para 46 Kv com altura de trabalhado de 13,5 mt	320
SUBSTITUIÇÃO	(478)
Fiat Strada Cabine Simples ano 2016	(50)
01 caminhão Volkswagem 08 -150, ano 2012, acoplado com cesto aéreo da marca Guiton 10,5 LV	(165)
01 Camionete Iveco / Daily 55C17, ano 2013 acoplado com cesto Masal Micro Sky não isolado, com altura de trabalho de 10 mt	(137)
01 Camionete Iveco / Daily 55C17, ano 2017	(126)
TOTAL	696

Investimentos em Capacitação Profissional

Evento	Nº Participantes	Valor em R\$ mil
Irmensão com Coordenadores	15	
Imersão com Colaboradores	69	SESCOOP
Curso NR05 Cipeiros Novos	8	SESCOOP
Sendi -Seminario Nacional Distribuição de Energia Eletrica		SESCOOP
CONARH Congresso Nacional de Recursos Humanos	12	SESCOOP
Enconsel - Encontro Nacional dos Contadores do setor de Energia Eletrica	1	SESCOOP
Capacitação Normas Tecnicas	20	SESCOOP
Worshop Enose- Encontro Nacional de agentes setor eletrico	1	2
Rotinas de Recursos Humanos	3	2
Rotinas Contabil	4	2
Rotinas Administrativa	todos	5
Constelação Empresarial	16	20
Palestra Motivacional.	3	SESCOOP
Curso de Telefonista e Recepção	2	SESCOOP
Encontro Nacional de Recursos Humanos	2	8
Enconsel	1	4
Bolsa de Estudos		22
	TOTAL	65

Investimentos em Tecnologia da Informação – TI

Descrição	Valor em R\$ mil
Micro Computador (I5, 8GB, placa mãe Asus HDMI e HD 240GB SSD)	22
Monitores 23 polegadas de LED (VGA/DVI/HDMI)	4
Smartphone Caterpillar S41	10
Bateria Impressora térmica Zebra ZQ 521	5
Nobreak 6.0kVa + Chave de transferência automática	2
Baterias NoBreak DataCenter	18
Mão de obra troca Baterias NoBreak DataCenter	2
Antivírus Sophos Intercept Advanced (1)	0
HD SSD 480GB 2.5 para backup diário Oracle	9
HD SSD 3.2TB Storage	54
Access Point Ubiquiti UniFi - UAP-AC-LR	4
TV 43 polegadas (câmeras no video Wall COD)	2
SmartPhone COD PLANTÃO	2
Repetidora Motorola	30
Total	164

Investimentos no Setor de Cooperativismo

AÇÕES DO EIXO EMPREENDEDORISMO	
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	
Projeto Orientação Profissional nas escolas	
Cursos de capacitações técnicas e mercado de trabalho	
CURSOS SATC	20
EAD e Presenciais	
CURSOS LIVRES	150
Pizza com fermentação natural	
Saboaria	
Auriculoterapia	
Aromaterapia	
Curso de cerveja artesanal	
Atendimento ao público	
Curso Matemática financeira	
Orçamento doméstico, finanças pessoais	
Curso de excel	
Educação financeira	
Curso de Cuidador de Idosos	
Vendas e investimentos	
Gestão do Tempo	
Oratória	
Curso de garçons	
Curso de auxiliar de cozinha	
Curso de redes sociais	
Primeiros Socorros	
Curso óleos essenciais	
Curso de auriculoterapia	
Nutrição orientação saudável	
Cozinha Orgânica + horta	
Gastronomia	
Gastronomia de outros países	
Gastronomia adolescentes	
Panificação de fermentação natural	
Geléias	
Licores	
Confeitaria	
Cucas e panetones	
Alimentação saudável	
Reaproveitamento de alimentos	
CURSOS MODULARES	170
Italiano	
Alemão	
Espanhol	
Inglês	
Trilha Comércio	
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	50
Arte da Terra	
Gestão Empresarial	
Projeto de Gestão Empresarial - Definir temas	
Intercooperação	
Encontro de Intercooperação do Extremo Sul - Planejamento de ações conjuntas e boas práticas	
Montar uma Plataforma em Rede: (Conjunto dos itens abaixo)	
*Elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas	
*Rede de contatos - com banco de dados para consulta de informações sobre produtos e serviços	
*Incentivar a criação de Centro de capacitação exclusivo para colaboradores de cooperativas	
*Criar redes de comunicação entre as cooperativas para compartilhamento de ideias,	
*Criar um centro de serviços compartilhados e de comunicação integrada	
Promover negócios entre as cooperativas por meio de feiras e eventos	
TOTAL DO EIXO	390

AÇÕES DO EIXO - SUSTENTABILIDADE	
PEE (Programa de Eficiência Energética)	50
Casa autosustentável em container	
Agenda de visitas das escolas	
SuperXoke	
Jogos educativos + revistinhas	
Teatro de eficiência energética	
Brindes e materiais da casa	
Aproximação com o cooperado	
SERVIÇOS + Terapias integrativas	75
Atendimento Psicológico	
Maurício Atendimento adulto	
Samara Atendimento infantojuvenil	
Massoterapia idoso	
Barra access	
Heiki	
Yoga	
Dança circular	
OFICINAS	100
Desenho Artístico	
Flauta	
Xadrez	
Violão	
Teatro infantil	
Técnica em EVA	
Técnica Bauer em superfície	
Técnica Bauer bolacha	
Estimular a participação das mulheres na cooperativa (Conselhos)	30
Modular Núcleo Novo	
Participação do cooperado na gestão	
Curso de Cooperativismo e Governança EAD (SATC)	
Manual de Integração do Cooperado	
Apoio às pequenas cooperativas e associações	
Capacitação para projetos	
Liderança Comunitária	
PE (Planejamento Estratégico)	
OQS (Organização do Quadro Social)	
Núcleo Feminino	30
PDGC (Programa de Desenvolvimento das Cooperativas)	
Capacitar dirigentes	5
Rever o Manual de Integração da Administração	
Regimento Interno Eleição	
Questionário de Governança	
Questionário de Gestão	
LABS EM REDE - Laboratório de Inovação Social	200
COOPERA em Ação - Dia C (Dia de Cooperar)	
Mentoria - (Naiany)	
Workshop LABs em Rede - (Timóteo)	
Regimento Interno do LABs	
Coletivo Catavento cultural	
Coletivo Educação (por uma escola que encante)	
Coletivo Mão Amiga	
Coletivo Encantos do Futuro	
Coletivo Espelho, Espelho Meu	
Coletivo Arte de Cuidar	
MOVIMENTO ODS	50
Atividade ODS na prática	
Projetos pequenos ODS	
TOTAL DO EIXO	540

AÇÕES DO EIXO - TECNOLOGIA	
Espaço Coletivo	30
Espaço para Coworking	
Ambiente Virtual do Integra Coopera	
Site do espaço	
Cadastro de Usuários - Online - Site	
Pesquisa de Satisfação - Online	
TOTAL DO EIXO	30
AÇÕES DO EIXO - GESTÃO COOPERATIVA	
Projeto Coopera nas Escolas	30
Elaboração de projeto para 2022	
Criar novo nome para o projeto	
Educação cooperativa	20
Revistinha do SuperXoke	
Revistinha do SuperXoke Tean	
Canal do YouTube do SuperXoke	
Evento de lançamento dos episódios no primeiro semestre de 2022	
Marketing Comunitário	160
Plano de comunicação do Integra Coopera	
Folder do Integra Coopera para 2022	
Informativos externos (News Letter) - PDF NAVEGÁVEL	
Canais - WhatsApp, Instagram e site	
Pontos de Leitura INTEGRA COOPERA	
Biblioteca aberta no Espaço Colaborativo	
Gestão de Espaço	150
Água + Aluguel + Internet + Energia casa e container + materias de limpeza, copa e almoço	
Jardinagem + manutenções pequenas + utencílios + gasolina	
Folha de pagamento	375
Parceiros estratégicos do espaço	375
Critérios de definição de parcerias e orçamento das atividades	
Definição de parceiros por demanda de solução	
Parceria em pesquisas	
TOTAL DO EIXO	735
TOTAL GERAL	1.695

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	26.343	26.030	1,20
Número de empregados	77	81	-4,94
Número de consumidores por empregado	342	321	6,46
Número de localidades atendidas (municípios)	4	4	0,00
Número de postos de atendimentos	4	4	0,00
Mercado			
Área de permissão (Km ²)	500,38	500,38	0,00
Demanda máxima (MW)	68,37	66,76	2,41
Distribuição direta (GWh)	335.022	306.421	9,33
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.732,31	2.755,82	-0,85
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	485,34	386,39	25,61
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	565,20	462,96	22,09
Industrial	458,48	359,89	27,40
Comercial	594,62	484,13	22,82
Rural	477,29	365,18	30,70
Poder Público	624,74	528,79	18,14
Iluminação Pública	546,85	290,77	88,07
Serviços Públicos	389,27	435,69	-10,65
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas) Conjunto	3,22	3,94	-18,27
FEC (número de interrupções) Conjunto	4,06	3,45	17,68
Operacionais			
Número de subestações	2	2	0,00
Linhas de distribuição (Km)	24,97	24,97	0,00
Redes de distribuição (km)	1.808,00	1.783,86	1,35
Capacidade instalada (MVA)	198,67	193,40	2,72
Financeiros Contabilidade Regulatória			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	177.533	126.155	40,73
Receita operacional líquida (R\$ mil)	99.671	84.639	17,76
Margem operacional do serviço líquida (%)	25,48%	22,74%	12,06
Lucro líquido (R\$ mil)	25.399	19.247	31,96
Patrimônio líquido (R\$ mil)	112.035	90.959	23,17
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	22,67%	21,16%	7,14
Endividamento do patrimônio líquido (%)	47,83%	57,38%	-16,64
Em moeda nacional (%)	100,00%	100,00%	0,00
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Performance			
Custo médio dos funcionários (R\$)	17.122,67	10.575,02	61,92
Energia comprada por funcionário (MWh)	4.620,81	4.033,89	14,55
Energia comprada por consumidor (MWh)	13,51	12,55	7,60
Retorno de ativos por unidade:	0,65	0,68	-0,06

AGRADECIMENTOS

Encerramos aqui nosso relatório de administração regulatório, trazendo uma série de dados e informações do que aconteceu no exercício que se findou e que é de interesse dos nossos consumidores. Na sequência apresentamos para análise e avaliação, toda a movimentação econômica financeira, compilada no Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Sobras e Perdas, bem como as notas explicativas com o devido parecer da Auditoria Externa.

Queremos registrar a nossa gratidão aos sócios e consumidores, a razão de nossa dedicação e esforço, o nosso muito obrigado pela confiança que nos foi depositada, por acreditarem no trabalho dessa administração. Agradecer também aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de nossos colaboradores, que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever, fortalecendo ainda mais nossa permissionária. Extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

A todos, o nosso mais profundo agradecimento.

Forquilha/SC, abril de 2022

Walmir João Rampinelli

Presidente da Coopera Energia

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro 2021
I - Balanço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2021	2020
CIRCULANTE		72.132	59.969
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.725	36.479
Consumidores/Clientes	6	24.003	18.625
Serviços em Curso	7	541	411
Tributos Compensáveis	8	392	548
Almoxarifado Operacional	9	375	238
Ativos Financeiros Setoriais	10	2.770	2.752
Despesas Pagas Antecipadamente	11	308	240
Outros Ativos Circulantes	12	1.018	676
NÃO CIRCULANTE		93.489	83.182
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.768	1.799
Consumidores	6	1.188	1.343
Tributos Compensáveis	8	580	456
BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS A PERMISSÃO	13	2.548	1.149
IMOBILIZADO	14	87.296	79.211
INTANGÍVEL	14	1.877	1.023
TOTAL DO ATIVO		165.621	143.151

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro 2021
Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NOTA	2021	2020
CIRCULANTE		38.856	33.441
Fornecedores	15	5.076	4.694
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	16	1.924	1.798
Impostos e Contribuições sociais	8	3.578	2.737
Encargos Setoriais	17	10.052	2.741
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	18	-	1.600
Passivos Financeiros Setoriais	10	10.915	14.226
Outros Passivos Circulantes	19	7.311	5.645
NÃO CIRCULANTE		14.730	18.751
Empréstimos e Financiamentos	20	3.116	-
Provisões para Contingências	21	2.594	2.303
Passivos Financeiros Setoriais	10	-	9.324
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público	22	8.974	7.124
Outros Passivos Não Circulantes	19	46	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.035	90.959
Capital Social	23	20.388	19.664
Outros Resultados Abrangentes		815	1.218
Reserva Legal		52.188	41.496
FATES		5.035	3.582
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		28.266	21.043
Sobras a Disposição da AGO		5.343	3.956
TOTAL DO PASSIVO		165.621	143.151

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	2021	2020
INGRESSOS/RECEITAS	24	177.533	126.155
Fornecimento de Energia Elétrica		83.707	58.226
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		79.392	60.136
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		12.920	5.990
Serviços Cobráveis		165	131
Doações, Contrib. e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.349	1.672
TRIBUTOS		(33.263)	(23.990)
ICMS		(33.263)	(23.990)
ENCARGOS - PARCELA "A"		(44.599)	(17.526)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(19.502)	(15.500)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(221)	(203)
Outros Encargos - Bandeiras Tarifárias		(24.876)	(1.823)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		99.671	84.639
DISPÊNDIOS/CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	25	(54.132)	(45.521)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(44.777)	(37.406)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(9.355)	(8.115)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.539	39.118
DISPÊNDIOS/CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(23.275)	(22.499)
Pessoal e Administradores	26	(11.740)	(10.837)
Material		(1.266)	(1.048)
Serviços de Terceiros		(3.143)	(2.809)
Arrendamentos e Aluguéis		(382)	(351)
Seguros		(30)	(29)
Doações, Contribuições e Subvenções		(154)	(203)
Provisões		(744)	(2.336)
(-) Recuperação de Despesas		88	68
Tributos		(73)	(51)
Depreciação e Amortização		(4.027)	(3.810)
Gastos Diversos		(1.804)	(1.093)
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS		2.012	1.779
OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS		(949)	(1.153)
RESULTADO DA ATIVIDADE		23.327	17.245
RESULTADO FINANCEIRO	27	2.750	2.361
Receitas Financeiras		4.033	2.547
Despesas Financeiras		(1.283)	(186)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTR. SOCIAL		26.077	19.606
Imposto de renda		(492)	(258)
Contribuição Social		(186)	(101)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		25.399	19.247

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas Estatutárias					Sobras a disposição da AGO	Totais
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	FATES	Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria		
Saldo em 31/12/2019	18.295	1.680	33.584	2.991	47.746	1.673	105.969
1 - Aumento de Capital:							
Por Integralização de Quotas	14	-	-	-	-	-	14
Incorporação de Reservas	1.774	-	-	-	(1.774)	-	-
Deliberação AGO	31.851	-	-	-	-	-	31.851
2 - Diminuição de Capital:							
Retirada de Capital	(419)	-	-	-	-	-	(419)
Deliberação AGO	(31.851)	-	-	-	-	-	(31.851)
3 - Resultado Líquido do Exercício						19.247	19.247
4 - Destinação do Resultado - AGO							
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
5 - Aumento das Reservas							
Destinações Estatutárias	-	-	7.912	1.143	6.922	(15.977)	-
6 - Diminuição das Reservas							
Realização do FATES	-	-	-	(552)	-	552	-
Deliberação AGO	-	-	-	-	(31.851)	-	(31.851)
Realização de Reavaliação	-	(134)	-	-	-	134	-
Baixa da Reavaliação	-	(328)	-	-	-	-	(328)
Saldo em 31/12/2020	19.664	1.218	41.496	3.582	21.043	3.956	90.959
1 - Aumento de Capital:							
Por Integralização de Quotas	14	-	-	-	-	-	14
Incorporação de Reservas	792	-	-	-	(792)	-	-
Deliberação AGO	-	-	-	-	-	-	-
2 - Diminuição de Capital:							
Retirada de Capital	(82)	-	-	-	-	-	(82)
Deliberação AGO	-	-	-	-	-	-	-
3 - Resultado Líquido do Exercício						25.399	25.399
4 - Destinação do Resultado - AGO							
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(3.956)	(3.956)
5 - Aumento das Reservas							
Destinações Estatutárias	-	-	10.687	2.741	8.015	(21.443)	-
Créditos não reclamados	-	-	5	-	-	-	5
6 - Diminuição das Reservas							
Realização do FATES	-	-	-	(1.288)	-	1.288	-
Deliberação AGO	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Reavaliação	-	(99)	-	-	-	99	-
Baixa da Reavaliação	-	(304)	-	-	-	-	(304)
Saldo em 31/12/2021	20.388	815	52.188	5.035	28.266	5.343	112.035
Mutações do Período	724	(403)	10.692	1.453	7.223	1.387	21.076

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	162.915	121.514
Subsídios tarifários e Redução Tarifária	1.267	26.174
Outros Recebimentos Operacionais	1.907	1.381
Fornecedores - Materiais e Serviços	(4.956)	(5.373)
Fornecedores - Energia Elétrica	(43.461)	(36.276)
Fornecedores - Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(9.461)	(7.758)
Salários e Encargos Sociais	(10.546)	(10.146)
Caixa Gerada pelas Operações	97.665	89.516
Encargos Regulatórios	(38.866)	(16.000)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(592)	(625)
Tributos Estaduais (ICMS)	(32.110)	(23.040)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	26.097	49.851
Repasse COSIP e outros convenios	(6.243)	(5.423)
Dispendios cobertos pelo FATES	(1.227)	(594)
Outras Despesas Operacionais	(2.230)	(1.864)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	16.397	41.970
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(14.228)	(6.147)
Compra de Ativo Imobilizado/Intangível	(14.228)	(6.147)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	2.169	35.823
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	4.077	(31.657)
Empréstimos	3.074	(189)
Receitas de Aplicações Financeiras	1.029	763
Outras Receitas Financeiras	43	25
Integralização de Capital	14	14
Devolução de Capital	(83)	(419)
Repasse desmembramento	-	(31.851)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	6.246	4.166
Caixa e Equivalentes de Caixa no Começo do Período	36.479	32.313
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	42.725	36.479
Variação Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	6.246	4.166

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota 01. Setor Elétrico no Brasil

A Cooperativa Pioneira de Eletrificação – Coopera, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Forquilha, estado de Santa Catarina, Brasil, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

As áreas de permissão estão situadas nos municípios Forquilha, Criciúma, Nova Veneza e Maracajá, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001376/2000-46 de regularização, especificadas na resolução homologatória nº 534, de 14 de agosto de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.564, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 28 de novembro de 2008. Prazo inicial da permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica era de 20 (vinte) anos, alterados para 30 (trinta anos) através do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão, assinado em 15 de abril de 2021.

De acordo com o contrato de permissão dos serviços de distribuição, a outorgada está autorizada a cobrar de seus cooperados e consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de transmissão e geração de energia elétrica, além dos encargos setoriais definidos em legislação específica, cujos montantes e preços, escapam à vontade ou gestão da distribuidora, classificados como “não gerenciáveis” (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela relativa aos custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela permissionária, classificados como “gerenciáveis” (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas e/ou revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário.

Nota 02. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Nota 03. Principais Práticas Contábeis Societárias**a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira**

A permissionária não possui operações denominadas em moeda estrangeira. A moeda funcional da permissionária é o Real (R\$).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos em curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações em curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias, bem como os vencimentos superiores a 90 dias, são consideradas como equivalentes de caixa.

c) Consumidores

Englobam os créditos de energia faturada e estimativa de energia fornecida e não faturada até 31 de dezembro de 2021, com base no regime de competência. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Almoxarifado Operacional

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

g) Ativo Indenizável (Permissão)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

h) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as

disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis e o ICPC 01 – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Construção.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da permissionária são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa.

k) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

l) Apuração do Resultado

A permissionária segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(l.1) Receita não faturada – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização da rede de distribuição não faturada em virtude das

diferentes datas de leitura. Estas são calculadas em base estimada para o período compreendido entre a data da última medição mensal e o último dia do mês.

(l.2) Receita e Custo de Construção – A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

m) Tributação dos Resultados

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

n) Encargos Setoriais

(n.1) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

(n.2) Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE) – encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE, ficando a obrigação da aplicação dos saldos remanescentes.

(n.3) Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente

Nota 04. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**a) Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

c) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

d) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

e) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2013, baseado em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária relacionados à Resolução Homologatória nº 1.597, de 27 de agosto de 2013, com efeitos retroativos à data base de 28 de setembro de 2012.

f) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada, ou estimada nas situações descritas no item a seguir:

- Receita Não Faturada

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue ao consumidor, e a receita de utilização da rede de distribuição, não faturadas, em virtude das diferentes datas de leitura. Estas são calculadas em base estimadas para o período compreendido entre a data da última medição mensal e o último dia do mês. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

- Prestação de Serviço

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, pela permissionária.

Nota 05. Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração no venc. %	2021	2020
				Valores em milhares de reais	
Caixa e bancos				1.050	938
Banco do Brasil S/A	BB RF CP Aut	Diário	0,49% a.a.	2.062	2.181
Bradesco S/A	CDB DI	Diário	98% da CDI	49	690
Caixa Econômica Federal	FIC GIRO CDB	Diário	93% da CDI	9.799	5.438
Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados - Sicredi	CDI	Diário	98% da CDI	7.646	7.798
Coop. de Crédito Litorânea - Sicoob Credija	RDC CDI	Diário	98% da CDI	98	2
Coop. de Crédito Unicred Sul Catarinense Ltda	CDI DL	Diário	104% da CDI	10.900	10.420
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense - Sicoob Credisulca	RDC Longo PÓS CDI	Diário	98% da CDI	2.041	3.935
Banco Safra		Diário		1.759	0
Santander	RF CP	Diário	20% da CDI	17	14
	CDB Prefixada	19/09/2024	7,35% a.a.	0	109
	CDB Pós-Fixada	29/03/2023	120% da CDI	0	209
XP Invest. Corretora de Cambio	Fundos RF Pós-Fixada	Indeterminado	IPCA + 5,50% a.a	3.042	984
	Fundos de Investimentos	Indeterminado	Renda Variável	0	302
	Fundos Imobiliários	Indeterminado	Renda Variável	0	3.459
	Fundos de Ação COE	Indeterminado	Renda Variável	4.263	0
Total				42.725	36.479

Os fluxos de caixa dos investimentos em curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações em curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias, bem como os vencimentos superiores a 90 dias, são consideradas como equivalentes de caixa.

A maioria das aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias.

Os valores cujas taxas de remuneração são inferiores a 90%, se tratam de saldos diários transferidos para este tipo de operação, de forma a receber algum rendimento, mesmo que em níveis inferiores à maioria das aplicações financeiras, em função do curto período de permanência na conta de aplicação.

Nota 06. Consumidores/Clientes

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2021	TOTAL 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<i>Valores em milhares de reais</i>														
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	18.248	-	3.569	123	325	4.973	(4.477)	502	1.342	187	2.557	(2.893)	24.003	18.625
Fornecimento	15.854	-	3.554	121	319	3.642	(3.907)	502	1.342	187	2.557	(2.893)	21.277	16.156
Residencial	2.817	-	1.012	15	21	95	(134)	49	38	13	8	(7)	3.926	3.344
Industrial	10.390	-	2.253	101	294	3.493	(3.722)	433	1.289	171	2.535	(2.872)	14.367	10.471
Comercial	1.125	-	174	3	3	52	(50)	14	10	4	13	(12)	1.336	1.102
Rural	841	-	114	1	0	2	(2)	5	4	-	0	(0)	966	726
Poder Público	163	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	162	95
Iluminação Pública	362	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362	267
Serviço Público	156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156	151
Serviço Taxado	14	-	13	1	1	5	(7)	-	-	-	-	-	27	30
Renda não faturada	2.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.199	1.804
Participação Financeira	173	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	172	121
Outros Créditos	255	-	2	2	5	1.327	(1.016)	-	-	-	-	-	575	556
Encargos Moratórios	255	-	2	2	5	118	(119)	-	-	-	-	-	262	314
Cobrança Judicial Consumidores	-	-	-	-	-	1.209	(897)	-	-	-	-	-	312	242
Cartão de Crédito	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	354,99
Arrecadação Processo Classificação	(247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(247)	(42)
ATIVO NÃO CIRCULANTE														
Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.511	-	-	(322)	1.188	1.343
Fornecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	33	83
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	33	83
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.477	-	-	(322)	1.155	1.260
Cobrança Judicial Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.477	-	-	(322)	1.155	1.260

Perdas estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As perdas estimativas para títulos de liquidação duvidosa foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da administração da permissionária em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência de Energia Elétrica – ANEEL.

Os valores estimados no fim do exercício consideraram principalmente: (i) valores vencidos há mais de 90 dias, para a classe residencial; (ii) há mais de 180 dias para a classe comercial e (iii) há mais de 360 dias, para as demais classes, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Nota 07. Serviços em Curso

Contas	2021	2020
Ativo Circulante		
Valores em milhares de reais		
Serviços em curso	541	411
Serviços Próprios	488	397
Manutenção de Linhas e Redes	488	397
Serviços Prestados à Terceiros	53	14

Nota 08. Tributos Compensáveis e Obrigações Tributárias

Contas	2021	2020
Ativo Circulante		
Valores em milhares de reais		
ICMS a compensar - Imobilizado	379	268
IRRF s/Aplicações Financeiras	0	259
Contribuições Federais a Recuperar	13	21
	392	548
Ativo Não Circulante		
ICMS a compensar - Imobilizado	580	456
	580	456
Passivo Circulante		
ICMS a recolher	3.160	2.431
IRRF a recolher	13	11
FGTS a pagar	76	70
CSRF a recolher	3	2
IRPJ ato não cooperativo a recolher	60	0
ISS a recolher	16	20
INSS a recolher	211	185
PIS folha a recolher	12	11
CSLL ato não cooperativo a recolher	27	7
	3.578	2.737

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

b) Imposto de Renda a Compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda a compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

c) Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração.

Nota 09. Almojarifado Operacional

Descrição	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
Iluminação	63	36
Acessórios p/ padrão de medição	46	28
Acessórios de rede	253	152
Combustíveis	5	19
Materiais em Sucata	8	3
	375	238

Nota 10. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O financeiro de Neutralidade dos Encargos Setoriais refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores de cobertura tarifária contemplados no processo tarifário anterior.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.752	2.554	(2.643)	199	(92)	2.770	1.955	815	2.770	-
Majoração PIS/Cofins						-				
Programas Sociais Governamentais						-				
Quota Parte de Energia Nuclear						-				
Neutralidade da Parcela A	2.580	2.497	(2.568)	132		2.640	1.856	784	2.640	
Sobrecontratação de Energia						-				
Diferimento de Reposição na RTP						-				
Outros	173	57	(74)	67	(92)	130	99	31	130	
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.						-				
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.752	2.554	(2.643)	199	(92)	2.770	1.955	815	2.770	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
Demais Passivos Financeiros Setoriais	23.550	1.456	(14.524)	525	(92)	10.915	10.906	9	10.915	-
Majoração PIS/Cofins						-				
Programas Sociais Governamentais						-				
Quota Parte de Energia Nuclear						-				
Neutralidade da Parcela A	494	1.365	(675)	173		1.356	1.350	6	1.356	
Sobrecontratação de Energia						-				
Devoluções Tarifárias	2.078		(2.078)			(0)			(0)	
Outros	20.979	91	(11.771)	352	(92)	9.559	9.556	3	9.559	
Total Passivos Financeiros Setoriais	23.550	1.456	(14.524)	525	(92)	10.915	10.906	9	10.915	-

Neutralidade dos Encargos Setoriais na Parcela “A”

Os ajustes financeiros dos encargos setoriais na Parcela “A” resultam da diferença entre a cobertura tarifária de encargos setoriais – CDE, PROINFA e TFSEE, e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência.

PIS/COFINS sobre a Compra de Energia

Por ocasião dos processos tarifários, o valor da energia comprada, adotado para determinação das tarifas, não contempla o PIS e a COFINS incidentes na operação, que são pagos pela permissionária. Por esta razão, a cada ciclo tarifário a permissionária apura o valor pago relativo a estes tributos, e inclui o montante como componente tarifário ao ciclo seguinte.

Ajuste de Rede Básica (EUST)

A Coopera está conectada à rede básica, cujo reajuste tarifário da concessionária, ocorre em julho, dois meses antes do reajuste da permissionária, gerando um componente financeiro a ser computado no ciclo seguinte, referente ao custo de transmissão de energia.

Subsídio da CDE

Trata-se do ajuste que é feito anualmente sobre o valor determinado para cobertura dos mercados que tem descontos nas tarifas e que são subsidiados pela CDE, tais como: Rural, Irrigante, Agucultor e Água, esgoto e saneamento. Como o valor é fixo, as variações de mercado podem gerar déficit ou superávit a ser ajustado no próximo ciclo.

Bandeiras Tarifárias

A bandeira tarifária é um sistema de cobrança regulamentado pela ANEEL, cujo objetivo é repassar mensalmente ao consumidor, de forma mais transparente, os custos adicionais causados pela necessidade de acionamento de usinas termelétricas na geração de energia. Este acionamento tem o objetivo de economizar a água dos reservatórios das usinas hidrelétricas, porque, quanto menor forem os níveis dos reservatórios, maior é o número de usinas termelétricas acionadas.

As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições se tornam menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sofre um acréscimo maior.

A arrecadação dos valores da Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias é realizada mensalmente pelas distribuidoras através das faturas de energia, a ANEEL determina os valores a serem repassados pelas distribuidoras à esta conta, podendo haver sobras ou déficits na arrecadação para a cobertura dos custos com geração, ficando a cargo da distribuidora contabilizá-los para que entrem como ajuste financeiro no ciclo posterior.

CDE Covid

A Resolução Normativa nº 885, publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através da CONTA COVID, destinada ao setor elétrico para o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, prevista no art. 13, inciso XV, da Lei nº 10.438, de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020.

A norma define critérios e procedimentos para a gestão da Conta Covid, estabelecendo limites de captação de recursos por distribuidoras, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. Também detalha os itens de custos que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

A permissionária solicitou a antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, tendo como reflexo a redução do impacto nas contas de luz dos efeitos financeiros que a pandemia do novo coronavírus trouxe a todos.

Nota 11. Despesas Pagas Antecipadamente

Contas	2021	2020
	<small>Valores em milhares de reais</small>	
<u>Despesas Pagas Antecipadamente</u>	308	240
Prêmios de Seguro	12	15
PROINFA	258	186
Outras Despesas pagas antecipadamente	38	39

Nota 12. Outros Ativos Circulantes

Contas	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
Outros Ativos Circulantes	1.018	676
Empregados	108	112
Serviços Prestados ODS	3	0
Rendas a Receber	289	183
DMR Repasse Eletrobrás	22	13
Subsídio CDE - Repasse Eletrobrás	185	112
Títulos de Créditos a Receber	28	15
Parcelamento Padrão de Medição	40	25
Desativações e Alienações em Curso	265	214
Depósitos judiciais	78	2

Nota 13. Bens e Atividades Não Vinculadas a Permissão

Demonstra os investimentos e bens que a permissionária mantém em outras empresas, sendo composto por participações societárias em cooperativas de Crédito e bens que se referem a Associação dos Funcionários.

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Investimentos	773	727
Sicred	254	228
Credisulca	362	347
Credija	7	7
Unicred	150	145
Imobilizado	1.775	422
Terrenos	343	343
Edificações	1.368	79
Equipamentos Gerais	5	0
Móveis e Utensílios	59	0
Total dos bens e atividades não vinculadas a permissão	2.548	1.149

Bens pertencentes a permissionária que não estão vinculados ao serviço público de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e assim não terá indenização através das tarifas de energia.

Nota 14. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	106.036	-	(1.722)	10.534	(621)	114.228	8.812	(33.863)	80.365	75.097	-	-	-
Terrenos	290	-	-	718	-	1.008	718	-	1.008	290	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.090	-	-	-	-	1.090	-	(315)	775	812	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	104.334	-	(1.653)	9.735	(621)	111.795	8.082	(33.348)	78.447	73.896	-	-	-
Veículos	68	-	(68)	78	-	78	9	(7)	71	27	-	-	-
Móveis e Utensílios	254	-	-	3	-	257	3	(193)	64	72	-	-	-
Administração	630	-	(73)	569	-	1.127	497	(409)	718	222	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	442	-	(6)	565	-	1.000	559	(317)	683	175	-	-	-
Veículos	183	-	(67)	-	-	117	(67)	(91)	26	42	-	-	-
Móveis e Utensílios	6	-	-	4	-	10	4	(1)	9	5	-	-	-
Subtotal	106.666	-	(1.795)	11.103	(621)	115.355	9.309	(34.272)	81.083	75.319	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	3.054	24.140	-	(22.142)	-	5.052	1.998	-	5.052	3.054	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.023	10.306	-	(9.529)	-	2.800	777	-	2.800	2.023	-	-	-
Outros	1.031	13.834	-	(12.613)	-	2.252	1.221	-	2.252	1.031	-	-	-
Administração	837	4.873	-	(4.550)	-	1.161	323	-	1.161	837	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	566	-	(566)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	837	4.308	-	(3.984)	-	1.161	323	-	1.161	837	-	-	-
Subtotal	3.892	29.013	-	(26.692)	-	6.213	2.321	-	6.213	3.892	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	110.558	29.013	(1.795)	(15.589)	(621)	121.568	11.629	(34.272)	87.296	79.211	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	1.165	-	(7)	21	-	1.179	14	(163)	1.016	1.017
Servidões	979	-	-	21	-	979	0	-	979	979
Softw ares	186	-	(7)	21	-	200	14	(163)	37	38
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	128	-	(21)	678	-	786	658	(168)	618	6
Softw ares	128	-	(21)	678	-	786	658	(168)	618	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.293	-	(27)	699	-	1.965	672	(331)	1.634	1.023
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	264	-	(21)	-	243	243	-	243	-
Servidões	-	243	-	(21)	-	243	243	-	243	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	21	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	264	-	(21)	-	243	243	-	243	-
Total do Ativo Intangível	1.293	264	(27)	678	-	2.208	915	(331)	1.877	1.023

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	104.334	-	(1.653)	9.736	(621)	111.796	8.083
Transformador de Distribuição	10.387	-	(311)	1.229	(405)	10.900	918
Medidor	4.875	-	(63)	707	(11)	5.508	644
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	56.890	-	(1.124)	6.626	(173)	62.220	5.502
Redes Alta Tensão (69 kV)	9.200	-	-	-	-	9.200	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	19.003	-	-	-	-	19.003	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.980	-	(155)	1.174	(32)	4.966	1.019
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(8.175)	(2.081)	0	0	0	(10.256)	(2.081)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(5.885)	(2.081)	-	-	-	(7.966)	(2.081)
Outros	(2.290)	-	-	-	-	(2.290)	-
Originadas da Receita	(2.290)	-	-	-	-	(2.290)	-
Ultrapassagem de demanda	(1.001)	-	-	-	-	(1.001)	-
Excedente de reativos	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Taxas anuais médias de depreciação:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021		2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	3,83%	114.228	(33.863)	80.365
Custo Histórico		112.290	(32.740)	79.550
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação		1.937	(1.123)	815
Administração	6,58%	1.127	(409)	718
Custo Histórico		1.127	(409)	718
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-
Custo Histórico				-
Correção Monetária Especial				-
Reavaliação				-
		115.355	(34.272)	81.083
Em Curso - R\$ Mil				
Distribuição		5.052		5.052
Administração		1.161		1.161
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica				-
		6.213	-	6.213
		121.568	(34.272)	87.296

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	718						718
Reservatórios, Barragens e Adutoras							0
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias							0
Máquinas e Equipamentos	6.720	3.030	685		24	91	10.550
Móveis e Utensílios	1	7					8
A Ratear							0
Desenvolvimento de Projetos							0
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	141	166					307
Material em Depósito	5.901						5.901
Compras em Andamento	4.604						4.604
Adiantamentos a Fornecedores	3.854						3.854
Depósitos Judiciais							0
Outros	1.382	1.239				449	3.071
Total das Adições	23.321	4.442	685	0	24	540	29.013

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de Força	2,86%
Transformador de Distribuição Aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e Benfeitorias	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Terreno as margens da Rod. Jorge Lacerda, Criciúma-SC	718
2 Cabo Quadruplex XLPE 3X35+35MM CA	608
3 Caminhão Mercedes Benz 1719/48 com Guindaste	536
4 Cabo Quadruplex XLPE 3X70+70MM CA	527
5 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220V	435
6 Poste DT 9x150	424
7 Licença Oracle Database Standard Edition 2	386
8 Cabo Quadruplex XLPE 3X50+50MM CA	375
9 Medidor Trifásico Eletrônico E34A 15A 120A 240V	361
10 Poste DT 9x300	348

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Cabo de Alumínio CA2	191
2 Medidor Trifásico Eletrônico E34A 15A 120A 240V	120
3 Transformador Trif. 15 kv 45 kva 380/220V	105
4 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220V	96
5 Poste DT 9x150	93
6 Transformador Trif. 15 kv 30 kva 380/220V	90
7 Cabo de Alumínio CA1/0	82
8 Poste DT 9x300	78
9 Automóvel Corolla Flex GLI 1.8 ano 2010/2011	67
10 Caminhonete Ford F350 ano 2005	63

Nota 15. Fornecedores

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	63	624
Suprimento de Energia Elétrica	3.923	3.327
Materiais e Serviços	1.090	743
	5.076	4.694

Nota 16. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
<u>Folha de pagamento</u>		
Honorários Diretoria e Cédula de Presença Conselheiros	17	16
Salários e Ordenados	334	361
IRRF a recolher - Funcionários	238	209
INSS a recolher - Funcionários	51	48
Contribuições Sindicais	0	0
Mensalidade Associação dos Funcionários	2	1
Pensão Alimentícia Judicial	3	3
Credito Consignação folha	17	20
	662	658
<u>Provisões Trabalhistas</u>		
Férias	914	825
Encargos Sociais sobre Férias	348	315
	1.262	1.140
TOTAL	1.924	1.798

As obrigações estimadas estão representadas pela provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

Nota 17. Encargos Setoriais

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.502	1.317
Taxa de fiscalização	16	20
Bandeiras Tarifárias	7.749	1.404
CDE Covid	785	0
	10.052	2.741

Nota 18. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Saldos	P&D	PEE	Total
Valores em milhares de R\$			
Em 2019	396	1.509	1.905
Juros SELIC	9	42	51
Utilizado em projeto	(356)	0	(356)
Em 2020	49	1.551	1.600
Juros SELIC	0	4	4
Devolução de recursos	(32)	(1.545)	(1.577)
Ajuste saldo de conta	(17)	(10)	(27)
Em 2021	(0)	(0)	0

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE) – encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE, ficando a obrigação da aplicação dos saldos remanescentes.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 904, de 30 de março de 2021, determinou que os recursos remanescentes, existentes até a data base de 31 de agosto de 2020, fossem recolhidos à CDE – Cota de Desenvolvimento Econômico, por meio de emissão de boletos mensais, em nove parcelas, a partir de 10 de abril de 2021. A cada parcela foi incluída a atualização pela taxa SELIC.

Nota 19. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Valores em milhares de R\$	
<u>Outros Passivos Circulantes</u>	<u>7.311</u>	<u>5.645</u>
Consumidores	118	40
Obrigações com associados	1.473	1.099
COSIP a Repassar	465	358
Transferência crédito de ICMS	85	43
Provisão EUST/Compra de energia*	4.674	3.679
Outros Credores	496	426
<u>Outros Passivos Não Circulantes</u>	<u>46</u>	<u>0</u>
Outros Credores - Consórcios	46	0

Provisão EUST/Compra de energia

São provisões referentes a compra de energia da Supridora Celesc e dos encargos de uso do sistema de transmissão – EUST, valores estes contabilizados no mês de competência.

Nota 20. Empréstimos e Financiamentos

As obrigações com financiamentos, estão representadas pelo contrato junto ao Banco XP S.A.

Instituição	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
	Valores em milhares de R\$			
Banco XP S.A.	-	3.116	-	-
	-	3.116	-	-

Nota 21. Provisão para Contingências

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020	2.303						2.303
Constituição							-
Pagamentos							-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades							-
Atualização Monetária	291						291
Baixas							-
Outros							-
Saldos em 31/12/2021	2.594	-	-	-	-	-	2.594
Circulante							
Não Circulante	2.594						2.594

A Permissionária tem como provisão de ações judiciais o montante de R\$ 2,6 milhões de reais. Para as demais ações classificadas como perdas possíveis ou remotas, no valor total de R\$ 5,5 milhões de reais, estão dispensadas de registro contábil conforme Resolução CFC Nº 1.180/09.

Nota 22. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		10.256	-	-	10.256
Participação da União, Estados e Municípios					-
Participação Financeira do Consumidor		1.940			1.940
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		5.987			5.987
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		39			39
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros		2.290	-	-	2.290
Ultrapassagem de demanda		1.001			1.001
Excedente de reativos		1.289			1.289
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros					-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(1.876)	-	-	(1.876)
Participação da União, Estados e Municípios					-
Participação Financeira do Consumidor	3,49%	(317)			(317)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,61%	(1.262)			(1.262)
Programa de Eficiência Energética - PEE					-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,98%	(2)			(2)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros		(295)	-	-	(296)
Ultrapassagem de demanda		(121)			(121)
Excedente de reativos		(174)			(174)
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros					-
Total		8.380	-	-	8.380

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em curso	449	1.613	-	(1.468)	-	594	146	-	594	449
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	(1.468)	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	138	957	-	(982)	-	113	(25)	-	113	138
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	106	431	-	(397)	-	140	33	-	140	106
Valores Não Aplicados	204	225	-	(88)	-	341	138	-	341	204
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	449	1.613	-	(1.468)	-	594	146	-	594	449

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 Transformador Trif. 15 kv 75 kva 380/220V	201
2 Cabo Quadruplex xlpe 3x70+70mm CA	176
3 Cabo de Alumínio CA1/0	160
4 Cabo Quadruplex xlpe 3x50+50mm CA	140
5 Transformador Trif. 15 kv 112,5 kva 380/220V	117
6 Poste D.T. 10x150	109
7 Poste D.T. 9x600	93
8 Poste D.T. 10x600	87
9 Poste D.T. 11x600	67
10 Cabo de Alumínio CA2	64

Nota 23. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

De acordo com a legislação cooperativista, a conta capital social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas–partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 25.001 (vinte e cinco mil, e um) cooperados em 31 de dezembro de 2021. Em 2020 eram 23.684 (vinte e três mil, seiscentos e oitenta e quatro).

Quadro demonstrativo da composição acionária:

Nome Associado	Cargo	Valor R\$ Mil	Quant. Cotas	Percentual
Walmir João Rampinelli	Presidente	0,79	787	0,004%
Carlos Alberto Arns	Vice-Presidente	0,50	504	0,002%
Tiago Dagostin Paseto	1º. Secretário	0,20	201	0,001%
Claudio Eduardo Tiscoski	2º. Secretário	1,70	1.698	0,008%
Everaldo Minatto	1º. Conselheiro	0,81	809	0,004%
Anderson Luiz Wernke	2º. Conselheiro	0,23	226	0,001%
Amélio Rosso	3º. Conselheiro	0,21	207	0,001%
Marilda Gava Martinello	1º. Suplente	0,17	170	0,001%
Joventino Demo	2º. Suplente	0,23	233	0,001%
Valter José Minotto	3º. Suplente	0,45	450	0,002%
Demais Associados		20.382,36	20.382.362	99,974%
Total		20.387,65	20.387.647	

Reservas de Sobras – R\$ mil

	2021	2020
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
Reserva legal	52.188	41.496
FATES	5.035	3.582
Reserva Estatutárias	28.266	21.043
	85.490	66.121

b) Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: É indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. É constituído por 40% das sobras do exercício social conforme reforma estatutária de 11/11/2021, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: Também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

Fundo de Manutenção e Expansão: É constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social conforme reforma estatutária de 11/11/2021, além de eventuais destinações da assembleia geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da permissionária.

c) Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2021	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	2020
	Valores em milhares de R\$			
Sobra/Lucro Líquido do Exercício	25.499	25.429	70	19.381
Realização de Reservas	1.288	1.288	-	552
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	1.288	1.288	-	552
Base para destinações	26.787	26.717	70	19.933
Fundo de Reserva Legal (40%)	(10.687)	(10.687)	-	(7.912)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (10%)	(2.672)	(2.672)	-	(989)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (Resultado c/Não Cooperados)	(70)		(70)	(154)
Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria (30%)	(8.015)	(8.015)	-	(6.922)
Sobras a Disposição da Assembleia	5.343	5.343	-	3.956

Nota 24. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	26.343	26.027	334.832	306.232	83.707	58.226
Residencial	21.424	21.105	58.537	58.162	16.817	14.106
Industrial	331	332	225.775	199.821	52.693	33.394
Comercial	1.733	1.680	18.407	17.104	5.999	4.523
Rural	2.594	2.590	16.457	16.379	4.194	3.194
Poder público	217	216	2.307	1.962	778	564
Iluminação pública	13	73	10.331	9.576	2.301	1.595
Serviço público	31	31	3.019	3.228	925	850
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					79.392	60.136
(-) Transferências	-	-	-	-	0	0
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					12.920	5.990
Serviços Cobráveis					165	131
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.349	1.672
Total	26.343	26.027	334.832	306.232	177.533	126.155

Nota 25. Dispêndio Energia Adquirida

Fornecedor	Quantidade de MWh		Valores em milhares de R\$	
	2021	2020	2021	2020
Celesc Distribuição S.A.	349.238	316.840	42.163	34.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.900	9.728	2.372	2.718
Micro geração	665	178	242	60
ONS - Encargos de Transmissão	-	-	9.355	8.114
Total	355.803	326.746	54.132	45.521

Nota 26. Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	11.106	10.259
Remuneração	7.454	6.652
Encargos	2.772	2.587
Previdência privada	0	0
Previdência - Fundação - Mantenedora	0	0
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	0	0
Assistência médica	419	352
Programa de demissão voluntária	0	0
Despesas rescisórias	47	345
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	0	0
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0
Outros	414	323
Administradores	633	578
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	633	578
Benefícios dos administradores	0	0
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0
Total	11.740	10.837

Nota 27. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras	Valores em milhares de R\$	
Rendas de Aplicação Financeira	1.695	773
Acréscimo Moratório s/Fatura de Energia	1.945	1.462
Correção Ativos Regulatórios	164	58
Outras Receitas Financeiras	229	254
	4.033	2.547
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(158)	(37)
Variações Monetárias	(95)	(51)
Multas Compensatórias	(5)	(16)
Correção Passivos Regulatórios	(431)	(76)
Outras Despesas Financeiras	(594)	(6)
	(1.283)	(186)
Resultado financeiro	2.750	2.361

Nota 28. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.176	19.606
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	678	359
Efeitos fiscais sobre:		
<i>Ato Cooperativo</i>	8.198	6.329
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.876	6.688

Nota 29. Demonstração do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a Coopera uma permissionária distribuidora de energia elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

Nota 30. Revisão e Reajuste Tarifário

Em uma primeira etapa entre 14 de abril de 2011 e 14 de julho de 2011, a ANEEL submeteu às Audiências Públicas nº 019/2011 e nº 027/2011, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 15 de março de 2013 a 15 de junho de 2013, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

A Resolução Normativa nº 537, de 05 de março de 2013, aprovou o Submódulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 1CRTP-P.

Para a segunda Revisão Tarifária Periódica – RTP, a permissionária adotou a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2.0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016.

Á partir de setembro de 2017, o processo tarifário também começou a atender o disposto no submódulo 8.4 do PRORET, ou seja, anualmente os processos tarifários serão sempre regrados por este submódulo que trata tanto de revisões como reajustes. Para cálculo dos itens de parcela “A”, permanece vigente a metodologia disposta no submódulo 8.2 do PRORET.

No ano de 2021 passamos pelo reajuste tarifário anual, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA e variações do mercado de fornecimento da permissionária.

As tarifas de aplicação da permissionária, constantes da Resolução Homologatória nº 2937 de 28 de setembro de 2021, foram em média reajustadas em 5,75% (cinco, vírgula setenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

Resumo do Processo Tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2.0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Parcela A

	DRA	DRP	Part.	Var.
Encargos	20.156	30.726	8,81%	52,44%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	256	195	-0,05%	-24,01%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.436	27.441	8,34%	57,39%
PROINFA	2.464	3.090	0,52%	25,40%
Transporte	8.995	7.712	-1,07%	-14,26%
Rede Básica	7.940	6.499	-1,20%	-18,15%
Rede Básica Fronteira	1.055	1.213	0,13%	14,98%
Energia	38.380	44.511	5,11%	15,97%
Valor da Parcela A	67.530	82.948	12,85%	22,83%

A Parcela B pleiteada para este processo tarifário segue o preceito do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e foi aprovada pelo conselho de administração da permissionária em reunião específica realizada em 26/08/2021 devidamente registrada em ata.

Para a composição da Parcela B foram considerados os seguintes componentes:

Quota de Reintegração Regulatória

Para obtermos o valor da QRR utilizamos o banco de preços SISBASE-P com atualização dos índices à data do reajuste, e procedemos com ajustes nos VNR de Subestações e linhas de distribuição, que no último ciclo de revisão tarifária se mostraram muito aquém dos valores investidos pela permissionária nos últimos anos.

Remuneração de Capital

Com o mesmo banco de preços SISBASE-P atualizado, utilizamos o índice de 12% (doze por cento) para o WACC, formado por uma média dos custos de capital proveniente de instituições financeiras.

Custos Operacionais

Este valor está baseado no histórico dos últimos doze meses, com o acréscimo de estimativas de reajustes salariais no início de 2021, haja vista que a data base do dissídio coletivo da classe dos eletricitários em SC é no mês de maio.

Investimentos

Valor obtido dos montantes já aprovados em AGO de prestação de contas do exercício de 2021, somando-se a alguns projetos a serem realizados durante este ciclo, devidamente registrados no planejamento estratégico da empresa, deduzindo-se os valores projetados para outras receitas.

Destas análises, chegamos aos seguintes valores que compõem a Parcela B, bem como o seu resultado total:

Composição da Parcela B	
Descrição	Valores
Operação e Manutenção	14.147
Administração	7.514
Investimentos	19.450
Reservas	2.484
Outras Receitas Operacionais	405
Total	44.000

Parcela B

	DRA	DRP	Part.	Var.
Valor da Parcela B	52.465	44.000	-7,05%	-16,13%

Os componentes financeiros pleiteados pela permissionária em decorrência dos seguintes ajustes financeiros:

Componentes Financeiros

	R\$	Part.
Total Componentes Financeiros	1.354	1,13%
Repasse de PIS COFINS	2.036	1,70%
Neutralidade Encargos Setoriais	(1.245)	-1,04%
Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão	563	0,47%

Nota 31. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias em 31 de Dezembro 2021
Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE		72.132		72.132	59.969		59.969
Caixa e Equivalentes de Caixa		42.725		42.725	36.479		36.479
Consumidores/Clientes		24.003		24.003	18.625		18.625
Serviços em Curso		541		541	411		411
Tributos Compensáveis		392		392	548		548
Almoarifado Operacional		375		375	238		238
Ativos Financeiros Setoriais		2.770		2.770	2.752		2.752
Despesas Pagas Antecipadamente		308		308	240		240
Outros Ativos Circulantes		1.018		1.018	676		676
NÃO CIRCULANTE		93.489	(815)	92.674	83.182	(1.218)	81.964
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.768		1.768	1.799		1.799
Consumidores		1.188		1.188	1.343		1.343
Tributos Compensáveis		580		580	456		456
ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)	31.1	-	17.973	17.973	-	44.721	44.721
INVESTIMENTOS		2.548		2.548	1.149		1.149
IMOBILIZADO	31.2	87.296	(87.296)	-	79.211	(79.211)	-
INTANGÍVEL	31.3	1.877	68.508	70.385	1.023	33.272	34.295
TOTAL DO ATIVO		165.621	(815)	164.806	143.151	(1.218)	141.933
PASSIVO							
CIRCULANTE		38.856		38.856	33.441		33.441
Fornecedores		5.076		5.076	4.694		4.694
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas		1.924		1.924	1.798		1.798
Impostos e Contribuições sociais		3.578		3.578	2.737		2.737
Encargos do Consumidor a recolher		10.052		10.052	2.741		2.741
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		-		-	1.600		1.600
Passivos Financeiros Setoriais		10.915		10.915	14.226		14.226
Outros Passivos Circulantes		7.311		7.311	5.645		5.645
NÃO CIRCULANTE		14.730		14.730	18.751		18.751
Empréstimos e Financiamentos		3.116		3.116	-		-
Provisões para Contingências		2.594		2.594	2.303		2.303
Passivos Financeiros Setoriais		-		-	9.324		9.324
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público		8.974		8.974	7.124		7.124
Outros Passivos Não Circulantes		46		46	-		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.8	112.035	(815)	111.220	90.959	(1.218)	89.741
Capital Social		20.388		20.388	19.664		19.664
Outros Resultados Abrangentes	31.4.1	815	(815)	-	1.218	(1.218)	-
Reserva Legal		52.188		52.188	41.496		41.496
FATES		5.035		5.035	3.582		3.582
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		28.266		28.266	21.043		21.043
Sobras a Disposição da AGO		5.343		5.343	3.956		3.956
TOTAL DO PASSIVO		165.621	(815)	164.806	143.151	(1.218)	141.933

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
INGRESSOS/RECEITAS		177.533	15.320	192.853	126.155	9.134	135.289
Fornecimento de Energia Elétrica		83.707		83.707	58.226		58.226
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		79.392		79.392	60.136		60.136
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		12.920		12.920	5.990		5.990
Serviços Cobráveis		165		165	131		131
Doações, Contrib. e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.349		1.349	1.672		1.672
Receita de Construção	31.5	-	13.308	13.308	-	7.355	7.355
Outros Ingressos Operacionais	31.6	-	2.012	2.012	-	1.779	1.779
TRIBUTOS		(33.263)		(33.263)	(23.990)		(23.990)
ICMS		(33.263)		(33.263)	(23.990)		(23.990)
ENCARGOS - PARCELA "A"		(44.599)		(44.599)	(17.526)		(17.526)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(19.502)		(19.502)	(15.500)		(15.500)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(221)		(221)	(203)		(203)
Outros Encargos - Bandeiras Tarifárias		(24.876)		(24.876)	(1.823)		(1.823)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		99.671	15.320	114.991	84.639	9.134	93.773
DISPÊNDIOS/CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(54.132)		(54.132)	(45.521)		(45.521)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(44.777)		(44.777)	(37.406)		(37.406)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(9.355)		(9.355)	(8.115)		(8.115)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.539	15.320	60.859	39.118	9.134	48.252
DISPÊNDIOS/CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(23.275)	(13.209)	(36.484)	(22.499)	(7.221)	(29.720)
Pessoal e Administradores		(11.740)		(11.740)	(10.837)		(10.837)
Material		(1.266)		(1.266)	(1.048)		(1.048)
Serviços de Terceiros		(3.143)		(3.143)	(2.809)		(2.809)
Arrendamentos e Aluguéis		(382)		(382)	(351)		(351)
Seguros		(30)		(30)	(29)		(29)
Doações, Contribuições e Subvenções		(154)		(154)	(203)		(203)
Provisões		(744)		(744)	(2.336)		(2.336)
(-) Recuperação de Despesas		88		88	68		68
Tributos		(73)		(73)	(51)		(51)
Depreciação e Amortização	31.7	(4.027)	99	(3.928)	(3.810)	134	(3.676)
Gastos Diversos	31.5	(1.804)	(13.308)	(15.112)	(1.093)	(7.355)	(8.448)
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	31.6	2.012	(2.012)	0	1.779	(1.779)	-
OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS		(949)		(949)	(1.153)		(1.153)
RESULTADO DA ATIVIDADE		23.327	99	23.426	17.245	134	17.379
RESULTADO FINANCEIRO		2.750		2.750	2.361		2.361
Receitas Financeiras		4.033		4.033	2.547		2.547
Despesas Financeiras		(1.283)		(1.283)	(186)		(186)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTR. SOCIAL		26.077	99	26.176	19.606	134	19.740
Imposto de renda		(492)		(492)	(258)		(258)
Contribuição Social		(186)		(186)	(101)		(101)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	31.9	25.399	99	25.498	19.247	134	19.381

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

31.1. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

31.2. Imobilizado

31.2.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do Valor Novo de Reposição, aplicado sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR), da permissionária. Para a definição do valor, é utilizado o Banco do Preços Referenciais da ANEEL (SISBASEP), a partir de uma estrutura modular.

Este banco busca refletir os custos médios eficientes de aquisição e instalação dos diversos equipamentos. É estruturado na forma modular, abrangendo medidores, redes e linhas de distribuição.

A valoração é realizada a partir de um inventário simplificado de ativos, atribuindo-se os respectivos módulos construtivos que representam o valor agregado de todos os ativos da permissão. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

31.2.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da depreciação do Valor Novo de Reposição, registrado em 31 de outubro de 2013, baseado em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária relacionados à Resolução Homologatória nº 1.5797, de 27 de agosto de 2013, com efeitos retroativos à data base de 28 de setembro de 2012. Esta prática não se aplica na contabilidade societária.

31.3. Intangível

Os serviços de construção da permissionária são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, portanto, é necessário contabilizar cada componente da remuneração da permissionária separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber. Esta prática não se aplica a contabilidade regulatória.

31.3.1. Reavaliação compulsória

Não se aplica a reavaliação compulsória para o intangível.

31.4. Patrimônio Líquido

31.4.1. Outros Resultados Abrangente

O ajuste é a contrapartida da contabilização do VNR – Valor Novo de Reposição. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

31.5. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

31.5.1. Receita e Custo de construção (resultado)

A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os custos de construção estão contabilizados no grupo “Gastos Diversos”. Esta prática não se aplica a contabilidade regulatória.

31.6. Outros Ingressos Operacionais

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de outros ingressos operacionais, que, na contabilidade regulatória, é contabilizada no grupo outras receitas operacionais.

31.7. Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da contabilização da depreciação do VNR – Valor Novo de Reposição. Esta prática não se aplica a contabilidade societária.

31.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos no início do exercício	1.218	1.680
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	(403)	(462)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(304)	(328)
	(99)	(134)
Saldos no fim do exercício	815	1.218

Reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da não aplicação na contabilidade societária das práticas de reavaliação regulatória compulsória.

Depreciação da reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da não aplicação na contabilidade societária da depreciação da reavaliação regulatória compulsória, determinadas pelo agente regulador.

31.9. Conciliação das sobras líquidas societárias e regulatórias

	2021	2020
Sobra (perda) líquida conforme contabilidade societária	25.498	19.381
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(99)	(134)
	(99)	(134)
Sobra (perda) líquida regulatória	25.399	19.247

Nota 32 – Partes Relacionadas

Natureza das Operações	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Pessoal Chave da Administração</u>						
Presidência e Conselhos	-	-	532	-	-	485
Encargos Sociais	-	-	102	-	-	93
Total	-	-	634	-	-	578

Valores em milhares de R\$

As partes relacionadas, conforme determinado na NBC TG 05 (R1) compreendem a diretoria executiva e conselheiros de administração e fiscal, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da permissionária.

Nota 33. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

A avaliação da administração com relação aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela permissionária é de que não são considerados relevantes. Relacionamos a seguir outros fatores de risco que podem afetar os negócios:

Riscos de Taxas e Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Crédito: Advém de a possibilidade da permissionária não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da permissionária em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 34. Outras Informações

a) Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados, considerados pela administração da permissionária suficientes para cobrir eventuais sinistros, são resumidos como segue:

Bens	Riscos Cobertos	Valores em milhares de R\$
		Cobertura máxima
Imóveis	Incêndio; danos elétricos; quebra de vidros, espelhos e mármore; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça; impacto de veículos terrestres	5.123
Veículos	Danos materiais, corporais e outros	5.640
Motos	Danos materiais, corporais e outros	875

b) COVID-19

Desde o início de 2020, as atividades econômicas mundiais estão sendo afetadas pela propagação da COVID-19, diante disso a permissionária veio tomando medidas importantes a fim de manter a segurança de seus colaboradores, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações.

Nesse sentido, fez-se o atendimento dos protocolos de segurança orientados pelas autoridades locais, investindo em ações e materiais, aprimorando ainda mais hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social.

O controle financeiro e a inovação constante de suas atividades são posturas que vêm permitindo à permissionária atravessar este cenário com alto grau de segurança, favorecendo a geração de caixa necessária para a manutenção de suas atividades operacionais e o seu crescimento.

Não foram constatados durante o período transcorrido de pandemia problemas quanto a recebimentos de crédito, tão pouco foram realizadas renegociações relevantes junto a clientes ou fornecedores, mantidos assim o curso normal das operações.

Considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a permissionária analisou os principais riscos e incertezas gerados pela COVID-19 em suas demonstrações financeiras, as quais elencamos a seguir:

- ✓ Continuidade Operacional: a permissionária não identificou elementos que demonstrem risco de continuidade operacional.
- ✓ Recebimentos de créditos: não foram identificadas quaisquer movimentações que indique redução nos fluxos de recebimento de forma substancial, ou a manutenção dos saldos em aberto para renegociações, o que dispensou inclusive a constituição de provisões para possíveis perdas.
- ✓ Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: a permissionária não identificou indicativos de impairment até o término do exercício.
- ✓ Provisões e Contingências Ativas e Passivas: não foram reconhecidas quaisquer receitas ou despesas por expectativas futuras cujo reflexo tenha ligação direta com os impactos causados pela pandemia da COVID-19 uma vez que não há qualquer indicativo que justifique tal medida.

Walmir João Rampinelli
Presidente
CPF: 342.054.979-20

Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC/SC 023225/O-9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 02 e 04 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** com data de 16 de março de 2022.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 18 de abril de 2022.

MÜLLERÉYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por
JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949
Dados: 2022.04.25 08:40:21 -03'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638